



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 088.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h53min

TÉRMINO: 18h56min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 88ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Alex Canziani, 4º Secretário.

Carlos Manato, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 14 HORAS E 53 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 433 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185

IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra o comparecimento de 414 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Continuação da discussão da matéria.

Concedo a palavra, por 16 minutos, ao Sr. Deputado Alessandro Molon, pela Rede.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentá-los e agradecer pela generosidade de V.Exa., Sr. Presidente.

O Deputado João Derly, ao ler uma nota em que manifestou a posição adotada pela maioria no nosso partido, corretamente lembrou que os Parlamentares têm liberdade para se posicionar de acordo com as suas convicções. Então, neste momento, depois do Deputado Aliel Machado — outro integrante da nossa bancada que expôs a sua visão quanto ao *impeachment* —, eu também vou apresentar a minha visão, o meu voto nessa questão.

O nosso País vive um momento extremamente grave, contaminado pelo ódio e pela intolerância, simbolizados por esse muro da vergonha que hoje se pode ver em frente ao Congresso Nacional, um dos feitos do Sr. Deputado Eduardo Cunha, que conseguiu, pela primeira vez na história de Brasília, dividir ao meio uma manifestação na Esplanada dos Ministérios. Isso simboliza a divisão que ele conseguiu aprofundar neste País, o que não é bom para ninguém, para nenhum brasileiro de boa-fé que queira construir um país melhor para todos.

O momento que nós vivemos é de extrema gravidade, tendo em vista o processo que estamos enfrentando. A coisa mais séria que existe numa democracia é a desconstituição de uma decisão tomada pelo soberano, o povo brasileiro.

Desfazer, portanto, essa decisão, que é feita através das urnas, deve ser algo excepcionalíssimo. Por essa razão, a Constituição brasileira estabeleceu casos



concretos em que isso pode se dar. São os chamados crimes de responsabilidade, previstos no art. 85. Como são crimes, para verificar se eles ocorreram é preciso, sobretudo, verificar se há três elementos: se os fatos narrados na denúncia correspondem aos crimes, o que os advogados chamam de tipicidade; verificar se na época dos fatos narrados a conduta já era considerada ilícita, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei ou da norma; e verificar se os fatos narrados foram de fato praticados por quem está sendo acusado — no caso, a Presidente da República. Essa é a verificação da autoria. Temos que pegar a denúncia e verificar se essas condições se encontram no caso.

Muito se falou sobre a decisão do Supremo. A decisão mais importante do Supremo Tribunal Federal foi que apenas devem ser considerados os fatos relativos a 2015.

Eu vi muita gente falando aqui da campanha eleitoral e de pedaladas praticadas em 2014. Não é isso que será votado! Estará sendo votado apenas o juízo sobre 2015: seis decretos de abertura de crédito suplementar e atrasos no repasse de recursos para o Banco do Brasil relativo ao Plano Safra. Vejamos, então, exatamente isso.

Primeiro, os seis decretos. Eles constituem crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária? A resposta é “não”. E por que não? Porque a Lei Orçamentária permitia que eles fossem baixados se a meta fiscal fosse atingida. (*Palmas*) Isso está no art. 4º da Lei Orçamentária. E a meta fiscal foi atingida, porque esta Casa aprovou o Projeto de Lei Nacional nº 5, que alterou a meta fiscal do ano passado, e a meta, ao final do ano, foi atingida. Portanto, os decretos não representam crime de responsabilidade. Mais do que isso, o TCU passou a considerá-los indevidos,



irregulares, ilícitos. Perfeito! O TCU tem o direito de mudar o seu entendimento. Mas os efeitos dessa mudança de jurisprudência, Deputado Patrus Ananias, só se fazem sentir dali para frente. Não se pode fazer a lei retroagir para prejudicar. Por esta razão, os decretos não são crime de responsabilidade.

Quanto aos atrasos no repasse dos recursos para o Banco do Brasil relativos ao Plano Safra, há três pontos: primeiro, não são operações de crédito, o pagamento de juros por inadimplemento não caracteriza, necessariamente, operação de crédito, não há aqui operação de crédito, aquela vedada pela Lei nº 1.079, de 1950.

Segundo, aqui também há uma mudança na jurisprudência do TCU. Perfeito! Também só deve valer dali para frente e não produzir efeitos retroativos. (*Palmas.*)

E, terceiro, esses atrasos não foram determinados pela Presidente da República. Não há aqui a autoria. O Relator não conseguiu sequer apontar a autoria.

Por essas razões, as duas fundamentações para a condenação por crime de responsabilidade não se sustentam. Não há outro voto juridicamente possível, a meu ver, que não o voto contrário a esse parecer, que não o voto “não”, como defendem grandes juristas, como Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, Celso Antônio Bandeira de Mello e Ricardo Lodi; como defendem os promotores e procuradores do Ministério Público do Brasil, que divulgaram uma nota dizendo que não há crime de responsabilidade; como defendem os defensores públicos, que soltaram hoje uma nota dizendo que não há crime de responsabilidade. Juridicamente, não se pode dar esse voto. Esse voto não se sustenta juridicamente.

Aí alguns perguntam: mas o julgamento não é político? Fizem a mim essa pergunta. É preciso aqui entender o que significa julgamento político. Julgamento



político significa dizer que é feito por uma Casa política, cuja base deve ser jurídica. Nós não temos aqui a liberdade de escolher se queremos que um Governo caia ou não; cada um pode desejar o que quiser, mas é inconstitucional tratar esse julgamento como se político quisesse dizer: “*O Congresso escolhe qual Governo derruba e qual Governo mantém.*” Esse sistema, Deputado Amauri Teixeira, chama-se parlamentarismo.

No presidencialismo há mandato, que tem que ser respeitado. E respeitar o mandato independe do juízo que se faça do Governo. Não se trata de respeito ao Governo, mas de respeito ao eleitor, ao cidadão, à democracia brasileira. É isso que está em jogo. Não está em jogo a defesa de um governo. É mais do que isso, é algo maior. O que está em jogo é a defesa da democracia. Quem não respeita o voto do eleitor não respeita o eleitor, não respeita o único dia, a cada 4 anos, em que todos, de fato, são iguais perante a lei, em que o mais pobre e o mais rico têm todos um voto. Desconstituir uma decisão desse dia é um atentado contra a igualdade, contra a democracia, contra os fundamentos da República. É gravíssimo o que se quer fazer aqui. Não há brincadeira que justifique um “bolão”, aposta de dinheiro, falta de respeito com o País! (*Palmas.*)

O Brasil derrotou, em 1993, o Parlamentarismo. Se esta Casa pensar em aprovar o *impeachment*, ela desrespeita duas decisões: a das urnas, de 2014, e, mais do que isso, a decisão do povo brasileiro num plebiscito que escolheu o Presidencialismo e não o Parlamentarismo em 1993. Será esta Casa instituindo, de fato, o Parlamentarismo, que foi derrotado nas urnas. Será um duplo desrespeito à cidadania brasileira relativa a 2014 e a 1993.



Ainda assim, alguns se perguntam: *“Tudo bem, se não há crime de responsabilidade, eu não aceito esse Governo que está aí. É preciso tirá-lo a qualquer custo.”* É surpreendente que alguém diga isso depois de dizer que quer combater a lógica de os fins justificarem os meios. Quem não aceita a lógica de os fins justificarem os meios não pode defender esta posição: tendo crime ou não, o importante é tirar esse Governo que está aí. É inaceitável esse raciocínio, mais do que isso. Alguns dizem: *“É preciso tirar o Governo, porque o Governo não cumpriu o prometido na campanha”*. Ora, e como colocar no lugar alguém que apresenta um programa que é ainda mais distante do que venceu na campanha de 2014, esse Plano Temer.

Esse Plano Temer é a retirada de direitos, a violação de direitos trabalhistas, de conquistas, como a política de valorização do salário mínimo. Aprovar um Governo Temer com o voto “sim” aqui, amanhã, significa, mais do que desrespeitar os eleitores, dar um tapa na cara de quem votou no programa, porque aí se colocaria um programa ainda mais distante do que o que tem sido praticado em relação a 2014. Portanto, é inaceitável esse argumento.

Outros dizem: *“Mas é preciso tirar esse Governo para combater a corrupção”*. Senhoras e Senhores, se esse processo tivesse algo a ver com combate à corrupção, ele não seria liderado pelo Deputado Eduardo Cunha. *(Palmas.)*

O Deputado Eduardo Cunha é réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção e lavagem de dinheiro. Quem acredita que esse processo tem a ver com combate à corrupção? Quem leva isso a sério? Quem de fato acompanha o País e leva isso a sério? Como é possível imaginar algo como isso?



Ontem o *Estadão* publicou a denúncia segundo a qual o Deputado Eduardo Cunha teria recebido 52 milhões de reais, em prestações, a título de propina. Está no jornal *O Estado de S.Paulo* de ontem. É esse o senhor que vai se tornar Vice-Presidente da República, com o voto “sim” de quem quer combater a corrupção? Isso não se sustenta. E esses argumentos são de gente séria, gente bem-intencionada, que acha que o processo de *impeachment* pode ajudar a melhorar o País. Sinceramente, eu tenho a absoluta convicção de que é o contrário: vai piorá-lo muito.

Como último argumento, dizem: *“É preciso mostrar à Presidente da República que quem desrespeitar qualquer regra, mesmo uma regra menor, corre o risco de ter o seu mandato cassado.”*

Senhoras e senhores, com toda a honestidade, eu não acredito que seja essa a lição que ficaria caso esse processo fosse aprovado amanhã. Não seria esta a lição que ficaria: um Presidente da República não pode ultrapassar um milímetro da lei orçamentária. Não. A lição que ficaria seria esta: um Presidente da República, ainda que não seja acusado pessoalmente de corrupção, quando for chantageado explicitamente por um Parlamentar poderoso para se salvar de um processo no Conselho de Ética, não deve resistir, deve ceder, deve atender à chantagem, porque senão esse Parlamentar pode derrubá-lo.” (*Palmas.*) A lição que ficaria seria o contrário do que as pessoas de bem deste País querem; a lição que ficaria seria a de que os chantagistas poderosos vencem, e as pessoas, mesmo que não sejam acusadas de corrupção, devem se curvar a eles.

Na Casa do Povo, no Parlamento brasileiro, eu não aceito participar dessa farsa e dessa fraude. (*Palmas.*)



Termino dizendo que, nos últimos dias, uma expressão vem me incomodando muito. Diz respeito aos meus colegas e às minhas colegas. O Presidente da Câmara tentou manipular a ordem de votação, começando do Sul para o Norte, para criar o chamado efeito manada.

Sras. e Srs. Deputados, quem os trata como animais não merece o seu apoio na votação de amanhã. (*Palmas.*) Quem os trata como gado e quem imagina que V.Exas. não vão votar de acordo com a sua consciência, mas de acordo com o número do painel, não merece o seu apoio na votação de amanhã. Quem imagina que as lideranças políticas que chegaram aqui não vão votar de acordo com a sua consciência está diminuindo os Deputados e as Deputadas. Eu não aceito que tratem V.Exas. desse jeito.

Eu quero dizer a V.Exas. que o mais importante, independentemente da sua posição — a minha posição está clara —, é que cada um olhe para si mesmo no espelho e diga: *“Eu vou participar de um julgamento e sou obrigado a ser um juiz justo. Eu não vou fazer um julgamento injusto; eu vou votar de acordo com a minha consciência; eu vou votar de acordo com o respeito que eu quero continuar tendo por mim mesmo; eu quero poder continuar andando de cabeça erguida, mesmo que muitos não compreendam; eu tenho o dever comigo mesmo de respeitar a minha história, de respeitar aquilo que me fez chegar até aqui.”*

Ninguém chegou a esta Casa por acaso. V.Exas. são lideranças políticas, devem se comportar como líderes e não devem aceitar que os tratem como gado, como gente que vai atender a um suposto efeito manada e vai votar a favor de um processo dessa gravidade, tão mal fundamentado e tão absurdo, como se não tivesse consciência.



Eu quero apelar a todos para que sejamos conscientes e tenhamos a coragem de fazer a coisa certa. Amanhã, digamos “não” ao *impeachment*, “sim” à democracia e “sim” à Constituição brasileira!

Muito obrigado.

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Inicia-se o tempo do PTB, que disporá de 1 hora.

Com a palavra o Deputado Cabo Daciolo.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, glória a Deus, glória a Deus! Todas as sessões aqui se iniciam com a seguinte expressão: *“Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro”*. Falam sempre de Deus.

Eu quero deixar bem claro aqui, Deputado Glauber Braga, Deputado Chico Alencar, que o Estado é laico, mas que laicidade significa liberdade de expressão religiosa. Quando eu falo de Deus, não estou falando de religião. Eu sou cristão, acredito em Jesus Cristo e acredito no Deus das causas impossíveis. Eu creio que tudo que está acontecendo no País hoje é fruto de clamor, de jejum e de oração de um povo que não se dobra a Baal. Eu creio nisso, eu acredito nisso.

No dia 16 de julho de 2015, Deus pediu para que eu dissesse aqui o seguinte: *“Olhem, o fôlego de vida quem dá é Deus. Deus coloca o homem no poder e Deus o retira”*. Eu falei que os Srs. Parlamentares que achassem que têm o controle do poder deveriam saber que o poder não está na mão deles, porque vão começar a acontecer sinais nesta Casa. E começaram a acontecer sinais na Casa, começaram a acontecer diversos sinais na Casa.

O PT e o PMDB, Dilma e Michel Temer, ambos cometem crime de responsabilidade fiscal. Se Dilma comete crime de responsabilidade fiscal, Michel Temer também comete crime de responsabilidade fiscal, porque todas as vezes em que Dilma viaja, Michel Temer assume a cadeira de Presidente da República. E ele, Michel Temer, assina decretos sem números e abre créditos suplementares no valor



de 10,8 bilhões de reais. Então, Michel Temer também comete crime de responsabilidade.

O PMDB fez parte do Governo Fernando Henrique, assim como o PFL e o PSDB. Agora existe um casamento de 13 anos do PT com o PMDB. Ambos são culpados de tudo o que está acontecendo na nossa Nação. Ambos são culpados. Mas o PFL também é culpado, o PSDB também é culpado, porque o problema do País não tem 13 anos. Esses também são culpados. Esses também fizeram parte de tudo o que está acontecendo.

O povo está morrendo nos hospitais, não há educação, não há segurança pública. E a Defesa? E as Forças Armadas? Estão sendo sucateadas. E desde quando isso está acontecendo? Apenas nesses 13 anos de Governo ou bem antes?

Eu quero definir a palavra “quadrilha”. Olhem para mim aqui, Srs. Parlamentares. Toda regra tem exceções. Eu vou definir a palavra “quadrilha”: significa bando de ladrões, bando de malfeitores, criminosos, bandidos de forma geral. E eu quero afirmar ao povo brasileiro que, dentro do Congresso Nacional, existem quadrilhas. Eu estou falando de malfeitores. Eu estou falando de ladrões.

Em determinado momento, houve a crucificação de um homem, o Jesus Cristo. Dois outros homens malfeitores estavam ao lado de Jesus, sendo que um deles se arrependeu e recebeu o perdão.

Os senhores podem se arrepender. Arrependam-se! Arrependam-se, e Deus lhes abrirá o coração.

Eu quero dizer uma coisa aqui e, por isso, colocar o meu mandato em jogo. Se aqui não acontecer o que eu estou falando agora, eu entrego a minha cadeira de Deputado Federal.



O País tem dois lados para serem tomados — assim manda dizer o Senhor. O primeiro lado, V.Exas. do PT e PMDB peguem. Fiquem unidos. Aceitem o Senhor Jesus. Peçam direção a Deus e tirem o País desta lama. Do contrário, vai sair todo mundo: vai sair Dilma, vai sair Michel Temer, vai sair Eduardo Cunha, vai sair Renan Calheiros, vai sair Aécio Neves, vai sair José Serra, vai sair Pezão, vai sair Francisco Dornelles.

Eu preciso lembrar que, ontem, entrei com pedido de *impeachment* contra o Francisco Dornelles, no Rio de Janeiro. Lá os servidores estão sem salário, porque um senhor de 81 anos tirou o salário dos inativos e dos pensionistas. Lá as pessoas estão morrendo!

O Dornelles comete crime de responsabilidade. A Constituição Federal, em seu art. 85, inciso V, fala sobre crimes de responsabilidade contra a probidade na administração. Também a Lei nº 1.079, de 1950, fala de atos de improbidade administrativa; da mesma forma como a Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Fora também, Dornelles!

Volto aos Srs. Deputados, para concluir a minha fala. Quando se passarem 2 anos da nossa Legislatura — escrevam, 2 anos —, os senhores que estão no poder devem tomar uma decisão, principalmente as lideranças que eu citei: ou os senhores vão se unir em Deus e abrir o coração ou todos vão cair, e haverá uma nova eleição geral no País. Mas eu quero dizer uma coisa: essa nova eleição será sem essas urnas eletrônicas, que são fraudulentas. Há fraude nas urnas eletrônicas do nosso País! Por que, nos Estados Unidos, as pessoas votam no papelzinho? Porque eles não têm tecnologia? Não, porque pode haver fraude, sim, nas urnas eletrônicas.



Povo brasileiro, não acredite em partido político! Eu quero dar o exemplo aqui do Fundo Partidário, em que cada voto vale 10 reais. Pelo Fundo Partidário, todo mês o PT recebe 9 milhões de reais; o PMDB, 7 milhões de reais; o PSDB, 7 milhões de reais; e assim sucessivamente.

E o povo? E a saúde? E a educação? Cadê? Até quando vão brincar com o povo?

Eu pergunto: está fácil andar com esse *button* de Deputado pela rua? Está fácil dizer que é Parlamentar? É vergonhoso dizer que nós somos Deputados! É uma vergonha falar isso hoje! Em vez de sermos um exemplo, nós somos motivo de chacota, vergonha. Quando olham para um Deputado, acham que todos são corruptos. Digo ao povo: nem todos são corruptos, toda regra tem exceção.

Eu sou cristão. Acredito no Deus da causa impossível. A maior decepção que eu tive nesta Casa — quero deixar bem claro, para que todos ouçam —, a maior decepção que tive no Congresso Nacional foi com a bancada evangélica. Essa foi a minha maior decepção. Mas Deus trata de todos.

Presidente Eduardo Cunha, eu sei que V.Exa. está ouvindo o que vou dizer aqui: o homem faz planos, mas a última palavra é do Senhor.

Digo a todos os homens que estão aqui: nós somos como neblina para Deus, que fica por brevíssimo período e, logo depois, se dissipa. Que nós venhamos a fazer o bem!

“Pai nosso que estás no céu, santificado seja o Teu nome, venha a nós o Teu reino, seja feita a Tua vontade, assim na terra como no céu.”



Que venha o Teu reino, Senhor! Toda a honra e toda a glória sejam dadas ao Senhor Jesus Cristo! Feliz a nação cujo Deus é o Senhor! E todo o poder emana de Deus!

Juntos, somos fortes! Nenhum passo daremos atrás. E Deus está no controle!
Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa, que continuará a falar pelo tempo do partido, regimentalmente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem à noite a minha esposa, a Cinthia, ligou-me e disse: *“Silvio, amanhã será um dia profundamente importante para a democracia brasileira. Eu acho que você deveria fazer um discurso lido, você deveria preparar um discurso”*. Eu refleti e disse: *“Cinthia, eu não vou fazer isso. Eu tenho 22 anos de vida pública e nunca fiz um discurso lido”*.

Eu respeito todo o mundo que faz o discurso lido, mas discurso lido, para mim, é como um telefonema a cobrar: já se começa perdendo. Se o discurso for muito bom, vão dizer que não foi você que o fez: *“Foi muito bom. Não foi ele que o fez, não”*. Se o discurso for muito ruim, vão dizer: *“Esse cara é tão ruim que nem discurso sabe fazer”*.

Agora, o discurso lido tem uma característica. Acho que lhe falta, às vezes, ou na maioria das vezes, a razão maior da vida: a alma e o coração. Por isso, hoje, neste momento, mais uma vez eu vou falar com a alma e com o coração.



Eu sou de Pernambuco. Tive o privilégio de receber 105 mil votos no Estado, tive o privilégio de representar o povo de Pernambuco aqui na Câmara Federal.

Deputado Patrus Ananias, os verdadeiros homens e mulheres de Pernambuco, aqueles honrados e decentes, só se curvam para agradecer.

Pernambuco é a terra de Frei Caneca, um dos heróis da Revolução de 1817. Frei Caneca dizia: *“Quem bebe na minha caneca tem sede de liberdade”*. Prenderam Frei Caneca, Deputado Luiz Sérgio, e mandaram os presos enforcá-lo. Nenhum preso quis enforçar Frei Caneca. Foi preciso que os soldados o fuzilassem.

Eu sou da terra de Gregório Bezerra, homem que lutou pela democracia em nosso País durante a ditadura militar, que lutou contra a ditadura militar. Deputado Glauber Braga — e V.Exa. é jovem —, Gregório Bezerra foi arrastado por um jipe, pelos militares, na Praça de Casa Forte. Eu sou da terra de Gregório Bezerra. *(Palmas.)*

Eu sou da terra de Josué de Castro, o primeiro brasileiro a colocar o combate à fome na agenda nacional. *(Palmas.)* Eu sou de Pernambuco, berço da democracia, berço da liberdade.

Meus amigos, esta sessão de hoje não deveria existir. Desde ontem, nós estamos produzindo aqui, discutindo aqui, debatendo aqui o julgamento mais injusto da história do Brasil. *(Palmas.)*

A Presidente Dilma Rousseff, quando tinha 18 anos de idade, Deputado Bohn Gass, foi torturada, gritou nos porões da ditadura e não denunciou ninguém. Ela aguentou firme. Nos últimos 40 dias, é o segundo momento de tortura de parte da elite brasileira contra a Presidente Dilma. *(Palmas.)*



Não é justo, Deputado Reginaldo Lopes, o que querem fazer com a Presidente Dilma. E por que não é justo? Eu só lamento que o Deputado Eduardo Cunha não esteja aqui, porque eu queria falar na frente dele. É o seguinte: V.Exas. sabem que não votei em Eduardo Cunha. Eu fazia oposição a Eduardo Cunha quando ele era muito forte nesta Casa, Deputado Chico Alencar e Deputado Edmilson Rodrigues, quando ele era o todo-poderoso. Eu acho até, modéstia à parte, que fazia oposição solitária a ele. Depois que descobriram as contas dele na Suíça, não sei se V.Exas. perceberam, parei de “bater” no Deputado Eduardo Cunha, porque, como se diz no Nordeste, “ninguém chuta cachorro morto”. Mas hoje vou ter que bater, porque o cachorro continua latindo. (Risos.)

Vejam, meu neto Silvio Costa Neto tem 5 anos de idade, Deputado Odelmo Leão. Daqui a 10 anos, ele estará com 15 anos de idade. Algum professor de História, Deputado Wadih Damous, vai ter que lhe explicar esses dias de hoje, Deputado Luiz Alberto.

Eu fico pensando: como um professor de História, Deputado Chico Alencar — e V.Exa. é professor de História —, daqui a 15 anos, vai explicar a um jovem que um homem que já devia estar preso, um bandido — o Deputado Eduardo Cunha já devia estar preso; esse homem devia estar em Curitiba, já; é um ladrão! só ontem apareceram 52 milhões —, está presidindo uma sessão para cassar o mandato de uma mulher que foi eleita por 54 milhões de brasileiros e que não cometeu crime. (Manifestação no plenário: *É golpe!*) Como vamos explicar isso como um fato da História?

Meus amigos, Deputado Ságuas Moraes, Deputada Maria do Rosário, o Brasil precisa saber da seguinte história: esse pedido de *impeachment* é resultado do ódio



e do desejo de vingança do Deputado Eduardo Cunha. Os 513 Deputados aqui sabem que o Deputado Eduardo Cunha disse: *“Eu vou cair, mas antes eu vou derrubá-la”*. Ele disse isso e começou essa conspiração.

Vejam bem, a maior prova de que este atual pedido de *impeachment* não tem consistência jurídica, não tem substância jurídica é que a Ordem dos Advogados do Brasil entrou com um novo pedido de *impeachment*. Ora, se este atual pedido de *impeachment* tivesse consistência jurídica, a OAB não teria entrado com outro pedido de *impeachment*. Isso é muito claro para mim. Portanto, este é um julgamento político. Este julgamento é fruto do ódio.

Sabem como foi essa articulação? Entra em cena, agora, outro homem. Minha mulher e meus filhos disseram: *“Não vá pelo lado pessoal”*. Eu não estou indo pelo lado pessoal, eu estou indo pela história. Entrou em cena outro homem do qual estou com nojo — essa é a palavra. Eu até gostava dele. Cheguei até a tomar vinho com Michel Temer. E agora não sinto outra coisa por ele a não ser nojo.

Sabe por que, Brasil, eu tenho nojo dele? Faz 2 anos que ele vem conspirando contra a Presidente. Primeiro, ele pediu para ser Ministro da articulação política e colocou um preposto dele chamado Eliseu Padilha.

Esse preposto do Sr. Michel Temer pegou todo o mapa dos cargos federais, dos cargos estaduais e agora o está usando. Eu não vou dizer nomes, não, porque não sou disso. Sabem o que o Deputado Eliseu Padilha está fazendo? Se ele sabe que há um problema entre dois Deputados num Estado tal, ele liga para um Deputado e diz: *“Olha, meu irmão, tu sabes que aquele cargo lá é do Deputado tal, mas, se tu votares em Michel, eu tiro esse cara e coloco você”*. Eu não tenho outra palavra para descrever isso a não ser “canalhice”. Isso não é a boa política.



Esse Sr. Michel Temer, da última vez que ousou se submeter às urnas, obteve 60 mil votos em São Paulo. Ele quase perdeu a eleição. E esse homem, meu irmão, está querendo arrancar o mandato da Presidente Dilma, sem ela ter cometido um crime?

Ora, a senhora e o senhor que estão me ouvindo agora sabem o que é esse negócio de pedalada fiscal? É uma engenharia contábil que quem primeiro fez foi o ex-Presidente Fernando Henrique, que o Presidente Lula fez, que todos os Governadores e Prefeitos fazem.

Não é possível! Esse homem, o Deputado Eduardo Cunha, não devia estar aqui! Eu sei que o Supremo Tribunal Federal tem a agenda dele, mas não entendo por que o Supremo não tirou esse homem daqui ainda. Deveria tê-lo tirado. Há elementos jurídicos para tirá-lo. Não o tirou não sei por quê.

Agora vejam qual foi a articulação. Eu vou citar dados agora, vou apresentar números e vou provar. Vejam a que ponto chega a articulação para tentar tirar a Presidente Dilma.

Numa quarta-feira, alguns Deputados, cujos nomes eu não vou citar para não lhes dar direito a falar, reuniram-se na casa do Deputado Eduardo Cunha e combinaram o seguinte: um vai ser Presidente, o outro vai ser Relator. *“Um de vocês vai me suceder, vai ser o Presidente da Câmara dos Deputados, mas eu quero que vocês vão à Oposição e façam um acordo”*. No outro dia de manhã, eles se reuniram com a Oposição e fizeram o seguinte acordo: *“Um de nós vai ser o Relator, e o outro, Presidente, mas há um detalhe: nós temos que salvar o mandato do Deputado Eduardo Cunha”*. A Oposição topou. E vou provar aqui agora.



Já há aqui o primeiro produto desse acordo patife, desse acordo esdrúxulo. O Presidente do Conselho de Ética, o Deputado José Carlos Araújo, não está aqui, mas lá o Deputado Eduardo Cunha já é majoritário. Fizeram uma mudança no Conselho de Ética, e hoje ele já tem 11 votos. A Deputada que colocaram lá, meu amigo César Halum, disse claramente que admirava o Deputado Eduardo Cunha.

É preciso denunciar isso ao Brasil. O primeiro produto desse acordo patife e esdrúxulo está no Conselho de Ética. Estou dizendo hoje, dia 16: ele já está a salvo no Conselho de Ética. Ele está apostando que está a salvo e esticará o mandato dele até fevereiro, apostando, segundo ele, na morosidade do Supremo. Em fevereiro, ele elege o Presidente da Câmara. Aí ele diz assim: *“Bom, eu vou me segurar até 2018. Quando chegar 2018, o povo me elege de novo, e eu não vou preso”*. Essa é toda a articulação.

Isto aqui não é para derrubar a Presidente Dilma, não. A maioria aqui devia ter coragem e dignidade para dizer ao Brasil o seguinte: *“Nós não queremos derrubar a Presidente Dilma. Nós queremos livrar o Deputado Eduardo Cunha da cadeia”*. (Palmas.)

É isso o que V.Exas. querem. V.Exas. estão defendendo o *impeachment* da boca para fora, V.Exas. sabem que não há motivo. O jogo de V.Exas. é outro. O jogo de V.Exas. é tirar o Deputado Eduardo Cunha da cadeia. Sabem por quê? Porque muitos de V.Exas. estão preocupados com a maior delação premiada do mundo, que vai ser a do Deputado Eduardo Cunha. (Palmas.) Eu não tenho dúvida. Há muita gente aqui preocupada com isso e é por isso que não quer que ele vá para a cadeia.



Meus amigos, Deputado Chico Alencar, eu queria dizer ao Brasil que acredito na política e queria fazer um apelo. Amanhã nós vamos decidir aqui a reeleição da Presidente Dilma. Desde que esses homens da Oposição perderam, lá em 2014, desde que o Senador Aécio Neves perdeu em Minas Gerais, exatamente porque Minas o conhece — por conhecê-lo, Minas não votou nele, e ele perdeu a eleição lá —, desde que perderam eles atrapalham o Brasil.

Primeiro, eles elegeram Eduardo Cunha Presidente desta Casa. Quando Eduardo Cunha se elegeu Presidente, começou a chantagear a Presidente Dilma: *“Olha, Presidente, eu quero a Presidência da Caixa”*. A Presidente disse: *“Não dou!”*. Quem ela colocou lá? Uma mulher honrada, a Miriam Belchior. *“Não dou!” “Ah, não dá, não, a Presidência da Caixa?” “Dou, não!”* Moral da história: ele coloca a primeira pauta-bomba. Essa pauta-bomba daria um prejuízo ao País de 100 bilhões de reais.

Mas ele não aprovou sozinho a pauta-bomba. Aprovou com a Oposição, que é 95% a oposição mais irresponsável da história do Brasil. Por exemplo, eles criaram o fator previdenciário. E criaram de forma correta o fator previdenciário, senão o rombo da Previdência Social, que hoje é de 100 bilhões, seria de 300 bilhões. Pois esse mesmo povo que criou o fator previdenciário, para prejudicar a Presidenta Dilma, para fazer demagogia com os aposentados, esse mesmo povo ajudou a derrubar o fator previdenciário. O que a Presidenta Dilma fez? Ela vetou o fator previdenciário.

O impacto financeiro do fator previdenciário no Governo Dilma é muito pequeno, mas, a longo prazo, o fim do fator previdenciário geraria um rombo altíssimo, de 300 bilhões ou 400 bilhões.



Eles fizeram isso, são demagogos. Eles, na verdade, não estão preocupados com o País. Eu quero saber de uma proposta — uma proposta — da Oposição para o Brasil, a não ser a de passar 2 anos aqui arengando.

Esses caras se juntaram com parte do setor produtivo nacional. Por exemplo, com o Presidente da FIESP, Paulo Skaf. Esse cara usa o dinheiro do trabalhador — SESI e SENAI são fruto do dinheiro do trabalhador — para ameaçar Deputado, para botar nos jornais do Brasil inteiro a foto dos Parlamentares. *“Vamos meter medo, que eles são”* — desculpem-me a palavra — *“volúveis, são suscetíveis”* — eu ia dizer *“ultra”* — *“à opinião pública. Vamos pesado! Sabem por quê?”* — aí ele chamava os Deputados lá — *“Porque eu vou ser Ministro de Temer. Já acertei.”*

Olha, Skaf, você realmente vai para um Ministério. Sabe para qual Ministério você vai, Skaf? Ministério Público Federal (*risos*), porque, para a semana, eu serei o primeiro — serei o primeiro — a ir ao Ministério Público pedir que investigue a origem daquele dinheiro.

Meus amigos Deputados Federais, minhas amigas Deputadas Federais, eu não quero ter postura arrogante, mas eu vi um Deputado do PMDB pegar um placar e dizer que hoje eles estão com 367 votos. Essa guerra de números é profundamente natural, só que amanhã nós estaremos discutindo a Presidência de uma das dez maiores democracias do mundo. Esses números da Oposição são efetivamente fantasiosos, são ilações.

Sabem o que eu vou fazer amanhã, antes de começar a votação? E eu sei, modéstia à parte, de cada voto que temos, do Acre ao Rio Grande do Sul. Do Acre ao Rio Grande do Sul! Olhando no olho do companheiro, conheço, modéstia à parte,



450 pelo nome. Não tenho nenhum desafeto aqui. De um eu não gosto, mas não é desafeto. *(Risos.)*

Sabem quantas vezes vocês vão derrubar a Presidente Dilma? Nenhuma. Sabem por quê? Ontem tivemos, lá no Palácio, uma reunião. Houve um momento, Deputado Arnon, em que 85% do Brasil, Deputado Paulo Teixeira, queria o *impeachment*. Há 1 semana, a *Folha de S.Paulo* publicou que 33% não queriam o *impeachment*. Ontem, numa pesquisa interna nossa, com 5 mil questionários, vimos que 48% do País não quer o *impeachment*. Ponto. *(Palmas.)*

Então, se algum companheiro me disser “*Sílvio, eu acho que não vou poder votar porque estou preocupado com as ruas*”, a ele vou responder que essa preocupação acabou. As ruas estão divididas. São 48% de um lado e 52% do outro, porque na pesquisa não há abstenção. A pesquisa serve para sabermos se a pessoa é a favor ou contra. É sim ou não. Então, as ruas estão divididas.

Nesses últimos 40 dias, eu conversei muito aqui. Acho que já mantive umas duas mil conversas políticas. Com alguns Deputados eu falei umas dez ou quinze vezes.

Quero dizer a V.Exas. que Deus é um cara muito bom comigo. Muito bom! Tudo o que aconteceu na minha vida devo a Deus. Agora, Deus me tirou uma coisa que me faz muita falta: um pernambucano, um cortador de cana, o meu pai, Severino Serafim Costa. Deus tirou de mim o meu pai. Eu queria muito, Deputado Solla, que neste momento ele pudesse estar sentado naquela cadeira de balanço vendo o filho dele defender a democracia. *(Palmas.)*

Eu aprendi com o meu pai muita coisa. Eu aprendi com o meu pai que todo homem ingrato e desleal é infeliz, não consegue dormir. Eu aprendi com o meu pai



que todo homem injusto também não consegue ser feliz. Eu aprendi com o meu pai que o homem covarde será sempre um covarde, nunca será um homem.

Então, Sr. Severino Serafim Costa, o seu filho está aqui, graças ao povo de Pernambuco, para dizer que alguns ingratos, alguns desleais, alguns oportunistas, alguns “istas” — e cabem todos os “istas” —, traidores, não vão tirar o mandato legitimado por 54 milhões de brasileiros. Não vão tirar! (*Palmas.*)

Alguns Deputados me disseram o seguinte: “*Silvio, o Governo agora vai ver uma coisa. Não empenhou a minha emenda há 3 meses, há 6 meses, agora vou votar contra*”. Outros Deputados estão dizendo: “*Não liberaram meu cargo, eu vou votar contra*”. Companheiro, esse tipo de Deputado não deveria estar aqui. (*Palmas.*) Isso desabona a classe política.

E aqui eu vou ter a ousadia de parafrasear um dos meus ídolos: Martin Luther King. “*Eu tenho um sonho*”. Eu tenho um sonho: eu sonho com o dia em que o povo brasileiro acreditará que a única forma de mudar o País é através da política. Eu tenho um sonho: eu sonho com as pessoas acreditando que a política, quando feita com dignidade e sobretudo com respeito às pessoas, é a única forma de mexer com a alma humana. Eu tenho um sonho: eu sonho com o dia em que este País, a serviço de parte das elites, vai parar de banalizar a política, vai parar de criminalizar a política. A criminalização da política, a banalização da política só interessa ao *status quo*.

Política é lugar de homem de bem — é lugar de homem de bem —, mas infelizmente está lotada de homens de bens.

Eu queria que vocês entendessem que não é o cargo que está sendo discutido — “*não liberaram meu cargo, e eu vou cassá-la*”; não é a emenda que está



sendo discutida — *“não me deram a minha emenda”*. Amigo, está sendo discutida a democracia, o respeito às pessoas, o respeito a 54 milhões de brasileiros que foram às urnas e consagraram, pela Constituição, pelo voto livre e soberano, o mandato da Presidente Dilma.

Meus amigos, eu quero fazer um apelo a V.Exas.: vamos nos respeitar. Isto aqui é a caixa de ressonância do Brasil. Nós temos o privilégio de representar 204 milhões de brasileiros. Nós não podemos cassar o mandato da Presidente porque a situação econômica está difícil. Realmente, o País está em crise. Sabem por que está em crise? No primeiro mandato da Presidente Dilma, a Europa e os Estados Unidos passaram por uma crise pesada. Eu me lembro de que em Portugal, Espanha e Grécia faltou dinheiro para pagar o aposentado. A economia mundial não é uma ilha. É evidente que a crise de lá rebateu aqui.

Em função disso, a Presidente Dilma adotou uma política de estímulo ao consumo, de geração de emprego. Ela fez desoneração de folha, fez desoneração de IPI, e nós perdemos 500 bilhões. Deixaram de entrar 500 bilhões de recursos federais nos cofres públicos.

Evidentemente, neste segundo mandato, nós estamos, sim, com um problema econômico. Mas eu quero dizer que 95% do problema econômico do Brasil reside aqui, nesta Casa, porque esta Casa tem má vontade com o Poder Executivo, esta Casa não quer agilizar os projetos de interesse do Brasil. A maioria desta Casa realmente não está preocupada com o futuro do País.

Deixem-me falar uma coisa. Alguém já disse — eu já disse aqui outras vezes — que a diferença entre um político e um estadista é que o político está preocupado



com as próximas eleições, e o estadista está preocupado com as próximas relações.

(Palmas.)

O Brasil nunca precisou tanto de estadistas quanto neste momento. Nós não podemos brincar, Deputado Nilto Tatto! Eu vou trabalhar até amanhã, até o último momento, para convencer alguns companheiros meus, alguns amigos, a não se deixarem impregnar pelo ódio, pela raiva.

Eu não quero citar nomes, mas eu admiro muitos Deputados da Oposição. Aliás, quero prestar um depoimento. A maioria desta Casa sabe que eu tenho uma boa relação com todo mundo. Tenho muitos companheiros na Oposição, gente que estuda, gente que lê, gente que debate. Mas, neste momento, ficar a serviço de Eduardo Cunha — porque o País está com dificuldade —, querer atacar a Presidenta Dilma e lhe tirar o mandato, isso não é justo, isso não é correto! Queria que V.Exas. fizessem uma reflexão.

Eu não quero citar nomes, mas estou vendo aqui vários Deputados da Oposição pelos quais tenho o maior carinho.

Lembro-me de que, uma vez, a revista *Veja* acabou com a vida do Deputado Ibsen Pinheiro. Depois, teve que lhe pedir desculpas.

Pessoal, a Presidente Dilma não merece isso! Não façam isso! V.Exas. estão errados.

Deputada Keiko, olhe para mim. Eu tenho o maior carinho por V.Exa. V.Exa. é do PSB, conhece as dores e os sorrisos da vida. V.Exa. conhece. Eu não me conformo em ver uma mulher como V.Exa., uma mulher que eu admiro, uma guerreira, uma mulher da luta, votar contra a Presidente Dilma. Eu sinceramente não entendo isso.



Eu não sei, Deputada Camacho, como homens e mulheres que têm alma boa, que têm senso de justiça, Deputada Benedita, guerreira do povo do Rio de Janeiro, do Brasil, vão dormir hoje pensando: *“Meu irmão, é o seguinte: Fernando Henrique fez pedalada, Lula fez. Dilma não roubou 1 real!”* A Presidente Dilma não botou 1 real no bolso! Um real!

Michel Temer e Eduardo Cunha são iguais e se merecem. A diferença, Deputado Pepe Vargas, é que um foi pego, e o outro, ainda não. Mas eles são iguais, eles se merecem. Querem tirar a Presidente Dilma para transformar Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República! Meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Onde vocês estão com a cabeça? E se amanhã, Deus me livre, acontece um problema com Michel Temer, e Eduardo Cunha vira Presidente da República?

É como disse um amigo meu quando estava na cidade dele. Chegou uma pessoa e disse: *“Deputado, pelo amor de Deus, não deixe que tirem a Presidente Dilma Rousseff, não”*. Ele perguntou: *“Por quê?”* Pois pensou que era por conta de algum programa social. *“Não é, não, Deputado. Se vocês não conseguiram tirar esse Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados, imagine da Presidência do Brasil.”*

O povo está pensando isso e o povo é sábio. Nós não podemos fazer isso, pessoal. Deputado Professor Victório Galli, V.Exa. está de amarelo. Eu o conheço. V.Exa. está constrangido. V.Exa. é um homem de bem, querido. Conheço o seu partido. V.Exa. está constrangido. Eu duvido que um homem bom como V.Exa., um homem decente, esteja votando com o seu coração. Não está. V.Exa. está sob o efeito manada, sob o efeito avalanche. V.Exa. está na cultura dos Líderes. Amanhã



V.Exa. vai se arrepender de ter dado esse voto. E, o que é pior — é o pior —, seus netos, no futuro, vão dizer: *“Vovô, por que você fez isso?”*

Eu moro em um prédio. A minha mulher estava com o meu neto no prédio, e chegou um grupo de 15 a 20 pessoas em frente ao meu prédio com uns cartazes, com a palavra “traidor”, não sei o quê e tal. O meu neto perguntou: *“Vovó, por que estão esculhambando o vovô?”* Ao que a minha mulher respondeu: *“Por que o vovô está fazendo o bem”*. Vejam que mulher ímpar. *(Palmas.) “Porque vovô está fazendo o bem.”*

Paulo Skaf, você gasta o seu dinheiro para cassar Dilma. Eu queria dizer uma coisa: eu respeito todos os movimentos, como o MBL, todos os movimentos que saem do coração das pessoas, possam estar certos ou errados. Eu só não respeito movimento pago. Outros movimentos eu respeito. Estão equivocados, mas eu respeito.

Agora, o que não é correto é político com medo de rede social. Eu respeito a opinião pública, mas a opinião pública já condenou Jesus Cristo e absolveu um ladrão. A opinião pública, durante muito tempo, já apoiou Hitler. A opinião pública durante muito tempo — e digo parte da opinião pública — apoiou a ditadura militar.

Com alguns comentaristas de televisão eu fico indignado. Ontem à noite, eu li — e vou dizer o nome do jornal — o jornal *Folha de S.Paulo*. Quando eu acordei de manhã, havia um placar: *“Governo só tem 118”*. À noite, havia a seguinte notícia: *“Oposição não conseguirá mais fazer impeachment”*. Mas a *Folha de S.Paulo* eu admiro. Sabem por quê? Porque ela teve a dignidade de assumir que é de oposição.



Aliás, eu acho que a função da imprensa é ser investigativa, sim, que tem que investigar. Acho que a imprensa tem vocação de oposição, e tem que ser. Agora, meu irmão, tem que fazer com seriedade, tem que fazer oposição séria.

Por exemplo, as três revistas semanais passadas — e eu não li as de agora — bateram pesado na Presidente Dilma, dizendo que tinha feito um balcão de negócio, que era um *shopping*.

O interessante é que nós estamos no Governo e não podemos repactuar, mas Michel Temer, lá no Palácio do Jaburu, chama os caras, oferece cargo para todo mundo, Ministérios, faz apropriação indébita, oferece o que não tem, e eu não vejo uma matéria pesada sobre isso.

Só para desopilar um pouco, eu soube até que Michel Temer prometeu a Presidência da PETROBRAS e todas as suas diretorias para o grupo de Eduardo Cunha; que prometeu a Presidência de Furnas e todas as suas diretorias para o grupo de Aécio; que prometeu o Ministério do Trabalho a Paulinho da Força.
(Palmas.)

Imaginem o Brasil, que já tem 10.700 sindicatos laborais e 5.400 patronais, com Paulinho. Paulinho vive de quê? Da indústria sindical. Nunca deu um dia de serviço. E agora virou herói do golpe, agora é o homem do golpe: “*Vamos tirar Dilma*”.

Pessoal, eu vou dizer uma coisa: o Brasil é muito maior do que a raiva de V.Exas. No coração do povo brasileiro pulsa muito mais verdade do que na cabeça má de alguns de vocês.



Não dá para compreender como é que Deputados jovens, que estão iniciando na política — e nós vemos que eles gostam da política e estão aqui porque gostam da política —, vão na onda de Eduardo Cunha.

Eu vejo aqui os coordenadores da campanha de Michel Temer. Quem são os coordenadores da campanha de Michel Temer? São os dez Deputados que defendem Eduardo Cunha no Conselho de Ética. Um cara que tem a coragem de defender Eduardo Cunha não merece o respeito de ninguém. Então, como esse povo pode coordenar? Vivem no Palácio do Jaburu, numa operação para tirar a Presidenta Dilma.

Sinceramente, V.Exas. estão errados. Eu não estou aqui agredindo ninguém, mas V.Exas. estão errados. V.Exas. perderam a eleição em 2014. Não foi culpa da Presidenta Dilma, foi culpa da incompetência de vocês. Eduardo Cunha já disse o seguinte: *“Se ganhar domingo, na segunda-feira eu coloco o pedido de impeachment da OAB”*. Isso é uma brincadeira, isso é um desrespeito ao Brasil. Será que parte da elite paulista que roubou este País por 500 anos não está vendo isso, que é implicância desse cara?

Sabem o que é, pessoal? Eu não sou do PT, eu sou do PTdoB. Mas, gostem vocês ou não, quem colocou filho de pobre para estudar Medicina foi o PT, quem colocou pobre para andar de avião foi o PT, quem evitou saques nas secas do Nordeste foi o PT. (*Palmas.*)

Há um governo com cheiro de povo na América do Sul. São os ventos da América do Sul que começaram a soprar com Che Guevara, quando Che foi a Cuba enfrentar Fulgencio Batista e derrubar aquela ditadura. Os ventos da América do Sul começaram a soprar e a dizer o seguinte: *“Nós não podemos continuar com tanta*



gente na miséria”. E foram o PT e os ventos da América do Sul que tiraram 40 milhões de pessoas da linha de miséria deste País. (*Palmas.*) Gostem vocês ou não, queiram vocês ou não, foram o Presidente Lula e a Presidente Dilma que mantiveram os programas sociais.

É muito bom tomar uísque ou vinho à noite e ficar discutindo programas sociais. Vocês não sabem o que é uma mãe de família, meu irmão — e eu já vi cenas de chorar —, acordar de manhã e não ter pão para dar ao filho, e não ter água às vezes ou ter água suja para dar ao filho lá no Nordeste. Vocês não sabem o valor que tem isso, não.

O valor de um livro para quem nunca leu é incomensurável. No dia em que você lê o primeiro livro — se você nunca leu um livro — você se apaixona e, a partir dali, você muda, passa a ser outra pessoa.

Deputado Luiz Alberto, o valor do primeiro pedaço de pão, o valor do gosto do primeiro sorvete, do açúcar, na vida de quem passa fome muda as pessoas também. E essa elite chama isso de “bolsa-esmola”.

Esmola é o que vocês estão dando a Eduardo Cunha. Estão tirando-o da cadeia. (*Palmas.*) Essa é a esmola. Estão inventando o “seguro-cadeia”. Vocês não estão aqui para tirar o mandato da Presidente Dilma. Isso é um “seguro-cadeia” para Eduardo Cunha, porque, na hora em que ele fizer a delação premiada, vão uns 30 com ele. E esses 30 estão tremendo.

Então, pessoal, a indignidade com certeza não ganhará da dignidade; a falsidade com certeza não ganhará da verdade. Dizem, Deputado Angelim, que a política é uma ciência que Deus e o diabo inventaram ao mesmo tempo. Quando a política é feita com respeito às pessoas, procurando melhorar a qualidade de vida



das pessoas, com decência, com dignidade, essa é a parte que Deus inventou. Agora, quando a política é feita *a la* Eduardo Cunha, com roubalheira, com coisa ruim — eu não quero dizer esta palavra —, com ganância, busca de dinheiro, corrupção, essa é a parte que o diabo inventou.

Eles andam dizendo por aí que vão ganhar a campanha de todo jeito, porque a campanha deles é *a la* Roberto Carlos. Mas como assim *a la* Roberto Carlos? Roberto Carlos tem uma música chamada *Custe o que Custar*. Dizem que a campanha deles vai ser *a la* Roberto Carlos. Pois a nossa vai ser *a la* Mangueira: *Liberdade, Liberdade, Abra as Asas sobre Nós!* Essa vai ser a nossa música que vai tocar amanhã.

Mas vai voltar a ser tocada uma música que 54 milhões de brasileiros embalaram em 2014. É esta música que vai tocar aqui amanhã. É a música da liberdade, é a música da democracia, é a música da coragem, é a música da verdade, é a música da dignidade! Vamos todos juntos amanhã! Como é a música? É assim: *“Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente”...*

Vocês não vão derrubar a Presidente Dilma! Noventa e cinco por cento aqui são canalhas! (*Palmas.*) Noventa e cinco por cento não têm moral, não têm dignidade, não têm ética! Noventa e cinco por cento não têm moral!

Vocês não merecem respeito! Vocês não vão derrubar uma mulher de bem! Vocês não vão derrubá-la!

Concluo dizendo que vou sair daqui agora e vou buscar mais votos. Eu vou buscar mais votos! Vocês vão ver amanhã com quantos votos se respeita a democracia!



Muito obrigado, Brasil. Beijo no coração. É Dilma! (*Manifestação no plenário:
Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Silvio Costa.

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

V.Exa. dispõe do tempo regimental de 5 minutos.

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria que V.Exas. respeitassem esta Casa. O Deputado Silvio Costa falou por 50 minutos e ninguém fez interferência. Agora, vamos respeitar o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Temos um orador na tribuna, por favor!

Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. MORONI TORGAN - Eu queria dar mais 1 hora para o Deputado Silvio falar, Presidente!

O SR. ELIZEU DIONIZIO - Conceda 1 hora para o Deputado Silvio cantar aqui!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, golpe já foi dado neste País. Golpe foi dado na eleição, quando se vendeu mentira para ganhar eleição; quando a Presidente disse, em campanha, que iria fazer o diabo para ganhar a eleição e fez muito mais do que o diabo!

Está na cadeia João Santana, que recebeu mais de 98 milhões para vender as mentiras para a população brasileira, as mentiras que levaram este País ao debacle total e que acabaram com a nossa economia!



Quero lembrar um detalhe. A Presidente disse em campanha que não ia mexer com direitos dos trabalhadores: “*nem que a vaca tussa!*” — foi a expressão que ela usou. O pior é que a vaca tossiu e está indo para o brejo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bom lembrar um detalhe: quando o Ministro do Planejamento levou para o Congresso o Orçamento, em setembro do ano passado, com 50 milhões de déficit, o que gerou toda essa crise econômica, rebaixando a nota do Brasil diante da *Standard & Poor's*, da *Fitch* e da *Moody's*; a partir daquele momento, em que o Orçamento veio a esta Casa todo escangalhado, todo furado, foi que a situação econômica se descontrolou.

Hoje, o que temos no Brasil é uma quebradeira geral. Empresas e mais empresas estão fechando as portas. Dez milhões de brasileiros estão desempregados, e vocês querendo garantir o emprego de quem gerou dez milhões de desempregos.

Qual é a história? Não adianta vir com conversinha, com falação, sem resultado, não!

Nós precisamos resgatar a dignidade do povo brasileiro. Vá a qualquer rua de área comercial de qualquer cidade e veja nas lojas: “*Aluga-se*” ou “*Vende-se*”. Nós precisamos mudar essa situação. E essa situação vai ser mudada amanhã, quando, aqui no plenário, a maioria desta Casa votar o *impeachment* já, que é o que nós queremos. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

Sr. Presidente, não adianta vir à tribuna contar história, vender lorota, vender ilusão. A população sabe pelo que está passando, sabe qual é a crise que está sendo vivida, sabe a dificuldade que todos estão encontrando.



Precisamos colocar no Brasil uma plaquinha como aquela que se vê em todos os estabelecimentos, dizendo: “*Sob nova direção*”. Precisamos mudar essa história e encontrar uma outra saída; a saída que todo mundo está querendo e da qual se está precisando.

A própria Presidente já disse que ela é carta fora do baralho. Se ela é carta fora do baralho, que nos deixe tocar esse jogo para resolver a situação deste País.

O Brasil precisa ter a devida resposta no dia de amanhã, e nós a daremos.

Lembro inclusive que, logo depois que a Presidente assumiu, ela mandou duas medidas provisórias a esta Casa. Uma delas dificultava a concessão do seguro-desemprego, a outra criava dificuldades para a concessão das pensões. E foi numa dessas medidas provisórias que nós aprovamos a fórmula 85/95, que é importante para o trabalhador brasileiro.

Quem falou agora há pouco não sabia nem o que falava. Disse que se mudou o fator previdenciário. Não houve mudança do fator previdenciário, ele continua existindo. Nós criamos uma alternativa ao fator para evitar o roubo ao trabalhador brasileiro, que perderia 30%, 40% ou 50% do valor do seu benefício.

Nós só queremos que o País cresça, se renove, tenha expectativa, tenha perspectiva, e não que sofra esse abandono geral, essa falta de governabilidade, essa inapetência, essa impotência.

Nós queremos dizer: sim, o golpe já foi dado. E ele foi dado por todos vocês que acabaram com a esperança de todo o povo brasileiro. Venderam mentiras na eleição. Basta dizer o tamanho do roubo na PETROBRAS: mais de 80 bilhões de reais! É mensalão, é petrolão, é fundos de pensão, é roubo à vontade! Quem deixou roubar é tão responsável quanto todos os ladrões!



O relatório do Deputado Jovair Arantes mostra que houve, sim, pedaladas fiscais. Mexeram no dinheiro do Orçamento sem autorização do Congresso. É esse o crime. E criminoso é quem comete essa ação.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou a hora. A hora é agora. Vamos dar a resposta e mostrar a esses que levaram o Brasil ao total abandono. Largaram o País à própria sorte, deixaram-no abandonado. O País hoje não tem nenhuma expectativa.

Nós queremos a expectativa de novo. Nós queremos uma perspectiva.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que a partir de amanhã será chegada a hora de mudarmos este País.

Impeachment já! (Manifestação no plenário. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito pelo PHS, o dinâmico e jovem Deputado Diego Garcia.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui eleito no Estado do Paraná pelo movimento Renovação Carismática Católica. Sou católico apostólico romano. Guardo e vivo a minha fé, mas tenho recebido muitos ataques, pelas redes sociais, de pessoas afirmando que a CNBB se posicionou contra o processamento do *impeachment* nesta Casa.

Estou aqui com a nota da 54^a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para desmascarar essa mentira! Mentira! (*Palmas.*)

Em nenhum momento a Igreja Católica se posicionou contra o processamento do *impeachment*. Muito pelo contrário. Na nota, ela diz claramente assim:

“Neste momento, mais uma vez, o Brasil se defronta com uma conjuntura desafiadora. Vêm à tona escândalos de corrupção sem precedentes na história do país. É verdade que escândalos dessa natureza não tiveram início agora; entretanto, o que se revela no quadro atual tem conotações próprias e impacto devastador. São cifras que fogem à compreensão da maioria da população. Empresários, políticos, agentes públicos estão envolvidos num esquema que, além de imoral e criminoso, cobra seu preço.”



Quem paga pela corrupção? Certamente são os pobres, 'os mártires da corrupção' (Papa Francisco)."

Foi por conta disso que nós chegamos, aqui neste País, ao ponto de escândalos.

Nós, Parlamentares, agora temos que ser a voz da população, a voz dos "mártires da corrupção", que são os pobres espalhados pelos diversos Estados desta Nação.

Eu refiro aqui o meu Estado — não preciso ir muito longe, não —, o Paraná, no qual eu tenho a alegria de realizar um trabalho ao lado do Deputado Evandro Roman. S.Exa. bem sabe a realidade que nós enfrentamos no nosso Estado, com a falta de recursos, com a falta de investimentos, bem assim a população. É um Estado que está abandonado pelo Governo Federal.

O povo brasileiro não aguenta mais!

"Sim" ao *impeachment!*

Neste domingo, nós votaremos a favor do Brasil!

Chega de mentira! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder Diego Garcia.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, pelo PRB, ao nobre Líder, Deputado César Halum. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. CÉSAR HALUM (Bloco/PRB-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente e nobres colegas Parlamentares, venho aqui esclarecer alguns fatos.

Inicialmente, quero dizer que eu só devo satisfação ao povo do meu Estado do Tocantins, que me colocou aqui. Devo satisfação à minha família e à Constituição do Brasil, sobre a qual jurei quando aqui tomei posse.

O que se discute aqui é se existe crime ou não existe crime, se existe golpe ou não existe golpe. Na verdade, as pedaladas constituem crime, sim. A Lei nº 1.079, de 1950, no art. 10, item 6, diz que infringir a Lei Orçamentária é crime. E a Lei Orçamentária foi agredida pelo Governo.

Como foi essa pedalada que dizem que os outros também faziam? Isso aconteceu lá em 2002. Naquele ano, o Governo tinha que pagar os benefícios sociais, que estimou em 500 milhões de reais; mandou o dinheiro para a Caixa Econômica Federal; e, quando ela terminou de fazer os pagamentos, deu 505 milhões de reais. Aí a Caixa Econômica Federal comunicou ao Governo que faltavam 5 milhões de reais na conta. O Governo, em 48 horas, foi lá e cobriu esse valor. Trata-se de uma relação comercial ou institucional normal. É como se eu fosse pagar uma conta de 10 mil reais para a qual faltavam 200 reais e eu usasse o limite do meu cheque especial.

Agora, de 2013 para cá, as pedaladas são de 500 milhões de reais. É como se eu não tivesse dinheiro e dissesse: *“Paga aí para mim, porque depois eu vou mandando o dinheiro e vou cobrindo”*. Isso foi se acumulando mês a mês. Ao final



de 2014, o Governo devia à Caixa Econômica Federal, 9 bilhões de reais; ao Banco do Brasil, quase 40 bilhões de reais. Esses são empréstimos de bancos controlados pelo Governo. E, conforme diz a Lei de Responsabilidade Fiscal e a nossa Constituição, isso constitui crime. Portanto, o crime existe.

O que essa pedalada fez por nós? Para cobrir o rombo, o Governo teve que emitir títulos da dívida. E quando tais títulos foram lançados no mercado, o mercado financeiro falou: “*O Brasil está quebrando!*” Um título do Brasil só seria comprado se houvesse um lucro grande. Aí o Governo correu e levantou os juros, para poder vender os títulos. A subida dos juros gerou inflação. A inflação começou a corroer o salário do trabalhador e gerou 10 milhões de desempregados. Com 10 milhões de desempregados, reduziu-se a atividade econômica e o Brasil foi colocado num buraco sem fundo.

O fato de achar que pedaladas não são nada gerou toda essa situação, colocou o Brasil e os brasileiros nessa dificuldade. Portanto, estou votando com muita consciência, com muita convicção de que existiu crime, sim.

E o Governo foi avisado disso antes. Eu mesmo ajudei o Governo quando votei o PLN 5, que viria controlar essa situação. Mas o Governo continuou insistindo no mesmo erro.

Esse dinheiro do rombo não foi para pagar benefícios sociais, não. A maior parte dele foi para o BNDES, que financiou o Bumlai e tantas empreiteiras que tinham obras em Cuba e em outros lugares.

Portanto, essa história de que não há crime e de que existe golpe é conversa para boi dormir. Para cima de mim, não! Eu não caio nessa conversa. Eles podem



enganar algumas poucas pessoas pelo Brasil afora. Mas eu tenho que votar aqui com muita consciência.

Quero dizer que eu voto “sim”, pelo *impeachment*, como votaria em qualquer outra situação, como votaria em um processo que chegasse aqui, no qual estivesse caracterizado crime. Eu não tenho o compromisso de defender ninguém. Tragam os processos de outros acusados, coloquem-nos em votação que terão o meu voto favorável.

Eu não protejo corrupção ou malversação do bem público. Portanto, eu estou muito tranquilo para votar com muita consciência. Além do mais, o meu partido, o PRB, ainda reforça a minha convicção (*Palmas.*)

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Moema Gramacho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. tem 9 minutos na tribuna.

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu e o Deputado Vicente Candido vamos dividir o tempo.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu queria falar aqui olhando para o meu neto Bernardo, que está me assistindo. Bernardo, em 1968, eu vi o meu pai, indignado, falar a seguinte frase: "*Quem não tem cão caça com gato; quem não tem cão nem gato caça com ato!*" Ele se referia ao AI-5, Deputada Erika Kokay!

O AI-5 iniciou o pior momento da ditadura militar. Ele teve uma influência enorme, ao cassar mandatos e cometer prisões, inclusive a de Juscelino Kubitschek, ao subtrair direitos, fechando inclusive o Congresso Nacional. O AI-5 e os anos de 1964 a 1968 deixaram marcas profundas em todos nós brasileiros. Como diz Chico Buarque, são páginas desbotadas da memória das nossas novas gerações.

Mas isso a Globo não mostra. Ela não faz questão de retomar a história, porque foi uma das que apoiou o golpe de 1964. A Globo hoje é sonegadora de mais de 2 bilhões de reais e está envolvida no escândalo Panamá Papers. A Globo não quer retomar a história porque quer repetir o que houve 1964. Ela quer outro golpe.

É importante que se diga que nós vamos enfrentar, como já estamos enfrentando, não aquele golpe dos fuzis e das baionetas, mas um golpe mais sofisticado: o golpe da mentira, o golpe do vazamento seletivo, o golpe que entra nas nossas casas e faz o massacre político, o massacre contra o PT, contra o Governo, contra Dilma e contra Lula.



É importante que se diga — e falo outra vez para você, Bernardo — que, mesmo assim, nós superamos a ditadura. Nós que não fugimos à luta conseguimos superar a ditadura e lutamos pela anistia e pelas Diretas Já.

Enquanto lutávamos, ainda na ditadura, muitos jovens eram assassinados. Uma jovem de 22 anos, a Dilma Rousseff, foi torturada. Mas ela resistiu à tortura e à ditadura, porque a sua força e a sua esperança por um Brasil sem dono eram maiores.

Foi assim que nós encontramos forças para continuar combatendo as desigualdades. Foi preciso que um operário e uma mulher chegassem à Presidência da República para que 36 milhões de pessoas fossem retiradas da pobreza extrema, para que o Brasil saísse do mapa da fome.

Novamente eu me dirijo a você, Bernardo. Nós não pensávamos viver momentos como este, de tentativa de subtração da democracia e da Constituição Cidadã. Não pensávamos viver momentos como este.

Agora eu não me dirijo a você, Bernardo, mas pergunto aos Joões, às Marias, às Claras: o que é que vocês vão ouvir dos pais e dos avós, dos Deputados da bancada golpista? Será que eles vão ter a coragem de dizer aos seus filhos e netos que foram covardes ao tentar tirar, de todo jeito, uma mulher honesta do poder e deixar o País ser conduzido por um corrupto contumaz como Eduardo Cunha?
(Palmas.)

Será que eles vão ter a coragem de dizer que sempre souberam que não há crime de responsabilidade? Eles sabem disso. Mesmo assim, eles queriam que Dilma não pagasse nem o Plano Safra nem o Bolsa Família, porque a tese deles é a do caos, a do quanto pior melhor.



Será que eles vão ter a coragem de dizer que estão fazendo um conluio com o Cunha, o maior corrupto da história da República?

Quando ao Cunha, há novidades. Além dos dólares na Suíça, dizem que ele recebeu 52 milhões de reais em 36 parcelas. Mas quem está presidindo esse processo é o corrupto do Cunha. Ele não mais deveria estar na Presidência da Casa, mas está conduzindo esse processo.

Foram eles que incentivaram a divisão no nosso País. São eles que não conseguem ver a filha de uma doméstica se tornar doutora, não conseguem ver, Deputada Benedita da Silva, um catador de lixo entrar no Palácio — não para catar latinha, pela porta dos fundos, mas para ter audiência com a Presidenta.

Antes de finalizar, para deixar mais tempo para o meu companheiro Vicente Candido, volto a me dirigir a você, Bernardo. Meu neto, eu te amo! E é por você e por milhões de filhos e netos de várias gerações do povo brasileiro que eu digo “não” ao *impeachment*.

Eu e 24 Deputados da Bahia vamos derrubar esse *impeachment* aqui amanhã. “Não” ao golpe! Viva a democracia! Fica, Dilma! (*Palmas.*)

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes nesta sessão, quero, nestes poucos minutos a mim destinados, externar a minha interpretação sobre o momento que vivemos.

Eu creio que boa parte dos Deputados e Deputadas, neste final de semana, gostaria de estar aqui discutindo uma agenda positiva, discutindo soluções para a crise econômica e para a crise política do Brasil, mas não dessa forma, não sob esse comando.



Nós poderíamos estar aqui num momento de alegria, de troca de ideias, para ouvir a sociedade organizada sobre o que devemos fazer no Parlamento. Mas quis o destino que estivéssemos aqui analisando um processo deferido pelo Presidente da Casa num ato impensado, num momento de desespero, quando, no dia 9 de dezembro do ano passado, deu andamento ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma, assinado e produzido por dois funcionários do PSDB — um deles é o Sr. Hélio Bicudo, um ex-petista ressentido, que, quando tinha os cargos que desejava no Governo, não se virou contra o PT.

Não pensaram os promotores desse golpe que impichar o Presidente do PT, impichar uma militante do PT é mexer com uma legião de pessoas, sonhadores e trabalhadores que lutaram e construíram este Brasil e que combateram o regime militar.

O PT é responsável por ter colocado milhões e milhões de pessoas na política brasileira, nos movimentos sociais, nos Parlamentos, nas Prefeituras, em Governos de Estado e no Governo da União Federal.

Não pensaram os promotores do *impeachment* quando desafiaram, mais uma vez, o povo. Não entenderam eles que os trabalhadores que foram capazes de eleger, por duas vezes, um operário e, também por duas vezes, uma mulher Presidente da República são igualmente capazes de, amanhã, derrotar mais um golpe que está sendo dado nas costas do povo brasileiro. (*Palmas.*)

É por isso que nós, a cada minuto, ganhamos mais adesão aqui no Congresso Nacional. Ninguém aguenta mais discutir a farsa que é esse golpe. Nós vamos mandar esses promotores do golpe mais cedo para casa amanhã.

Um abraço e até a vitória! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Renata Abreu, pelo PTN.

Nobre Líder, V.Exa. tem 4 minutos na tribuna.

Depois, passaremos às questões de ordem.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PTN-SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje pela manhã, no pronunciamento que fiz desta tribuna, abordei o que parecia tão fora de moda no PTN: a vassoura. Isso mesmo, senhoras e senhores, a nossa vassourinha.

Após o meu discurso, na saída desta Casa, fui abordada e presenteada por um cidadão brasileiro com uma pequena vassoura, ocasião em que ele me fez um pedido: que a partir de hoje, esse presente passasse a ser o símbolo da nossa luta a favor do *impeachment*.

É com essa pequena vassoura, povo brasileiro, que iremos varrer definitivamente toda a sujeira deste País.

Aos 34 anos de idade, no primeiro ano do meu primeiro mandato, com a responsabilidade de Vice-Presidente de um partido nacional, fui bombardeada de forma covarde, dia e noite. De formas inimagináveis, tentaram a todo custo destruir e apagar o meu sonho, que é de colaborar para a construção de um novo Brasil para os nossos filhos.

Por minha cabeça nunca passou a intenção de desistir. Eu tinha certeza de que, com a crença nesse sonho, iria trabalhar todos os dias da maneira como eu acredito que tem que ser, com base nos ensinamentos dos meus pais, sem imposição, sem chicote na mão, como muitos estão acostumados a usar, e, sim, sob



o nosso ponto de vista, ouvindo os argumentos contrários e respeitando a todos. Sem negar nenhuma verdade, eu tinha certeza de que nós do PTN chegaríamos lá.

Hoje, eu tenho a consciência tranquila de que estamos cumprindo o nosso compromisso com cada um dos votos recebidos, com cada um dos brasileiros que acredita, como nós acreditamos, que o Brasil é muito mais que tudo isso, que acredita que nós todos juntos iremos, a partir deste domingo, começar a escrever uma nova história para este País. *(Palmas.)*

Nos últimos dias, temos presenciado nesta tribuna ilustres oradores discorrerem em favor do *impeachment* com base nos mais diversos argumentos econômicos, jurídicos e éticos, mas eu peço licença para incluir nesse rol mais um argumento que não tem sido levado em consideração e que, no meu ponto de vista, é um dos mais importantes.

Sras. e Srs. Deputados, ninguém — ninguém mesmo — tem o direito de destruir o sonho de uma pessoa, quanto mais o sonho de uma nação.

Esse crime é irreparável, trouxe um prejuízo incalculável ao Brasil e aos brasileiros, principalmente aos mais jovens. O sonho é o alimento da alma. E a alma é a máquina propulsora das realizações. Como construir uma nação sem sonhos? Resgatar o sonho brasileiro me parece, entre todas as tarefas, a mais nobre e que nos caberá a partir de domingo. *(Palmas.)*

Os brasileiros estão cansados de falar, de gritar e de ninguém ouvir. É chegado o momento de transformação; a hora de devolver...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence, para uma reclamação.

Qual o artigo, nobre Deputado?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o art. 96.

Eu conversei, na mesa, com o Deputado Eduardo Cunha e lhe mostrei duas fotos, inclusive postadas no Facebook, de um crachá escrito: “Acesso ao Salão Verde”.

A resolução do Colégio de Líderes estipulou, no Ato da Mesa, art. 2º, dois crachás, até três, por Liderança, com uma lista de assessores parlamentares autorizados a revezar esses três crachás, para terem acesso ao plenário. Inclusive, os outros assessores parlamentares, fora os três, estão nos gabinetes, sem ter acesso ao plenário.

Esse crachá de acesso ao Salão Verde não foi combinado no Colégio de Líderes. Ele é inédito.

O Deputado Eduardo Cunha me disse que estipulou também o critério de três crachás desses para visitantes que quisessem adentrar o Salão Verde. Entretanto, isso não consta do ato da mesa e não foi discutido no Colégio de Líderes. Nenhuma das Lideranças dos partidos contra o *impeachment* tem conhecimento, nenhuma delas tem acesso a este crachá, nenhuma delas tem a lista de crachás entregues.

Portanto, eu quero registrar esta reclamação, para que a Mesa faça a divulgação imediatamente. Há divulgação, por movimento popular, no Facebook desses crachás — não vou citar os nomes dos movimentos nem das pessoas —, há



Parlamentares estaduais que estão divulgando nas respectivas páginas no Facebook. Então, a existência desse critério, sobre o qual ele me falou verbalmente, é desconhecida por todos os partidos que contactei. Esse assunto é muito sério.

O Deputado Eduardo Cunha acaba de chegar.

Não sei se V.Exa. me ouviu. Deputado, eu preciso repetir?

Durante o discurso do Sr. Afonso Florence, o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu ouvi mais ou menos, por alto, mas não há necessidade de repetir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, isso não é questão de ordem. Isso é reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É reclamação, não é questão de ordem.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou falar sobre o assunto, senão nós vamos tumultuar mais a sessão.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu também tenho uma reclamação.

Eu vi que a *TV NBR*, estatal, do Governo, só entrevista o pessoal do Governo. Eu quero fazer uma reclamação. A TV do Governo só entrevista os governistas.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não é o momento para isso. Deputado, por favor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, deixe-me dizer.

O SR. AFONSO FLORENCE - Então, deixe-me falar por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. já falou.

Pode concluir, Deputado. Conclua.

O SR. AFONSO FLORENCE - V.Exa. disse que esses três crachás para o acesso ao Salão Verde por Liderança estavam sendo destinados também a todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. conversou naquele momento. Eu vou esclarecer o que é.

O SR. AFONSO FLORENCE - Nós temos fotos, estão divulgadas, com um crachá escrito: “Acesso ao Salão Verde”. Ele não constou daqui. Eu mostrei a V.Exa. a foto. E V.Exa. disse que adotou esse procedimento novo para todos os partidos. O que eu estou dizendo é que nem todos os partidos — como o nosso, por exemplo — têm esses três crachás.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, eu posso esclarecer a V.Exa. Eu acho que é mais fácil e facilita as coisas.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Permita-me só um complemento, Sr. Presidente? Na minha fala, gastei 1 minuto do tempo do partido para afirmar que havia credenciamento fora do que foi, digamos, normatizado por acordo. Aí foi negado. Inclusive, o Presidente da sessão



em exercício mostrou uma lista dos credenciados. Depois, a própria Diretoria responsável reconheceu a existência dos crachás, mas disse que eles são falsos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não existe crachá falso.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Mas, isso eu posso lhe dizer, foi afirmado que são falsos, sim. Só quero tentar clarear, para evitar problemas com a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vejam bem: a responsabilidade da administração, da segurança e do controle é da Mesa Diretora da Câmara.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Tem que tirar a credencial da estatal, que só entrevista os governantes. É uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por favor, Deputado!

Eu vou esclarecer e voltar à sessão.

A responsabilidade é da Mesa Diretora da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara normatizou por um ato, as Lideranças têm os seus acessos — não sabia se aquilo era o mesmo crachá ou se não era o mesmo crachá —, e a Mesa teve direito a distribuir a convidados na cota de sua participação.

Então, houve a distribuição, por membros da Mesa Diretora, aos convidados — dois ou três convidados, pela Mesa Diretora. Certamente, o crachá de quem o está portando foi concedido através de convite. Não foram distribuições partidárias, e sim pelos membros da Mesa Diretora.

Esclarecido, voltamos à sessão normal.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dirijo-me a todo o País. Nós estamos vivendo um momento histórico, mas triste, um momento em que as famílias estão absolutamente preocupadas. Preocupa o trabalhador se vai ter oportunidade de trabalho, de emprego; preocupa o empreendedor se a sua atividade vai ter capacidade competitiva, se não vai precisar, como muitas vezes fez, demitir, ou encerrar a atividade produtiva. É um momento delicado.

O que está sendo debatido é exatamente a legitimidade do *impeachment*, do impedimento da Presidente Dilma em razão das pedaladas fiscais.

Aliás, o Relator da Comissão Especial já apresentou o seu relatório, aprovado por 38 votos a 27 na Comissão processante, reconhecendo que os créditos especiais feitos por decreto presidencial não passaram por este Congresso; que os financiamentos na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social também não tiveram essa autorização.

Então, é esta a constatação: há crime de responsabilidade. Existe a lei e, se ela vale para Prefeitos e Governadores, há de valer para a Presidente da República.

O mais sério é o agravamento da crise a partir desse desajuste financeiro. Esse montante financiado, que ultrapassa hoje 60 bilhões, vai ter que ser pago.

Mas, de lá para cá, na virada do ano, a situação foi piorando. A saúde está um caos, não há dinheiro para os hospitais. Na área de segurança, as instituições, como a Polícia Rodoviária Federal, estão sendo sucateadas. E isso vale para as



demais instituições. Na educação, os principais programas estão sendo desativados. Mas, o que é mais grave, está faltando o recurso para as pessoas. O trabalhador que sai do seu emprego não tem renda, não tem capacidade de compra.

Nós temos uma inflação muito alta, que corrói os salários e até os benefícios do Bolsa Família. O poder de compra dos salários dos trabalhadores está reduzido. Então, nós estamos vivendo um caos.

Há na indústria milhares de desempregados. No comércio e na área de serviços, a mesma coisa. São mais de 10 milhões de desempregados nos últimos tempos. Dobrou o índice de desemprego: era de 5% e está próximo de 10%.

Na verdade, nós temos uma situação muito crítica. E precisamos fazer a virada. Precisamos de mudança. Todos estão absolutamente preocupados. Não há garantia, não há confiança no Governo do ponto de vista administrativo, econômico e político!

Por isso, o meu voto é “sim” ao *impeachment*, em defesa do povo gaúcho, do povo do meu Estado, em defesa do povo brasileiro, para que, havendo mudança, haja esperança! Vamos votar “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma!

Muito obrigado.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Brasil, como representante de um Estado pequeno, distante e pobre, muito dependente das pressões do Governo Federal, o meu querido Estado de Roraima, eu venho a esta tribuna manifestar, com muita honra e muito prazer, a envergadura da nossa bancada do Estado de Roraima. Eu nem sei qual será o resultado da votação de amanhã, até porque não sou cartomante nem vidente, mas tenho certeza, Sr.



Presidente, de que Roraima dará oito votos ao impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

E quero enfatizar o compromisso com a minha família, com os meus pais, com os meus filhos Louise, Lily, Hiran, Hamir e Constanza, com a minha querida esposa, Gê, com os meus sobrinhos, Felipe, Taís e Pedrinho, e com o meu neto, Luís Henrique.

Em homenagem aos 400 mil médicos brasileiros, quero também que este voto contribua para que a Medicina do meu País seja valorizada e respeitada pelo próximo Governo, para que a saúde pública deste País seja tratada com muito mais cuidado e zelo, para o bem do meu povo brasileiro.

Quero também prestar uma homenagem às pessoas que me elegeram, às pessoas que trabalham comigo, que me ajudaram. Eu não poderia faltar nessa hora com o compromisso de estar sintonizado com as aspirações do meu povo brasileiro.

Eu estou muito tranquilo e convicto, Sr. Presidente, de que o voto pelo *impeachment* será o voto mais consciente e sereno que eu darei na minha vida.

Eu quero conclamar todos para que amanhã nós consigamos atingir uma vitória retumbante, para o bem de Roraima, para o bem do Brasil e para o bem do povo brasileiro.

Quero também mandar um grande abraço ao médico que me ensinou um pouco do que sei na oftalmologia, que aniversaria hoje, o Prof. Israel Rosenberg, que deve estar me assistindo no Rio de Janeiro e deve estar muito orgulhoso de ver o seu pupilo defender aqui os interesses maiores da nossa Pátria.

Um grande abraço a todos.

Viva o Brasil!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Convido para discutir o parecer da Comissão Especial o PSL, pelo tempo de 60 minutos.

Concedo a palavra à Deputada Dâmina Pereira.

A SRA. DÂMINA PEREIRA (Bloco/PSL-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão e nos ouvem pelo rádio e pela televisão, pela Internet, especialmente no meu Estado Minas Gerais, há 24 anos este plenário foi palco de um dos momentos mais emblemáticos da história da democracia na América Latina.

No ano de 1992 esta Casa autorizou a abertura de processo de *impeachment* contra um Presidente da República pela primeira vez no continente latino. Naquele ano, as pessoas foram às ruas, lotaram as galerias deste plenário, pediram por socorro frente a um Governo que se inviabilizou por seus próprios erros.

Hoje, 24 anos depois, vimos que a democracia brasileira amadureceu. Desde a promulgação da Constituição de 1988 vivemos um país livre, solidário, com instituições que funcionam e com direitos que protegem homens, mulheres, jovens, crianças e idosos.

Um atentado contra a Constituição é um atentado contra cada brasileiro, contra cada brasileira, de Norte ao Sul, pobre ou rico, de esquerda ou de direita.

Há 24 anos um cidadão eleito democraticamente cometeu um atentado contra a Constituição. Hoje vemos outro atentado ocorrer, agora pelas mãos de uma governante que representa um projeto político em que a população acreditou, mas que se mostrou inviável.

A questão que discutimos hoje não é o projeto político da Esquerda brasileira, não é o projeto político do Partido dos Trabalhadores. Discutimos aqui as



irregularidades que foram cometidas pela Presidente da República e que infringiram a lei mais importante do País, que todos nós, representantes do povo, juramos defender.

Diz o texto constitucional que os atos que atentam contra a Constituição, especialmente contra a lei orçamentária e a probidade na administração, são, sim, crimes de responsabilidade do Presidente da República.

As pedaladas fiscais maquiaram a saúde financeira do Governo e fizeram com que a lei orçamentária fosse aprovada com base em informações fictícias que, hoje, impactam direitos sociais e a economia da Nação. Não fomos nós, Deputados, que diagnosticamos isso. Foi o próprio Tribunal de Contas da União, que sugeriu a rejeição das contas deste Governo. Um coletivo de Ministros entendeu que as contas públicas não poderiam ser aprovadas. Isso mostra o crime cometido contra a lei orçamentária.

Não obstante, a Presidente Dilma também editou decretos ordenando despesas sem a autorização do Congresso Nacional, usurpando os poderes do Parlamento, delegados pelo Constituinte originário, uma afronta à separação dos Poderes, que nos constitui como República.

Há, portanto, indícios da prática de crimes de responsabilidade (*palmas*), e não podemos, em hipótese alguma, fechar os olhos para eles. Há meios que não se justificam pelos fins. Nenhum governante, nenhum cidadão comum está acima da lei. Denúncias precisam ser investigadas; crimes devem ser investigados e, os responsáveis, punidos.

É isto o que faremos no domingo: aceitar ou não uma denúncia e permitir que o Senado Federal cumpra o seu papel, julgando os possíveis crimes cometidos.



Mostraremos ao povo brasileiro que as leis funcionam, que as instituições são fortes, que o Congresso Nacional cumpre o seu papel de fiscalizar, independentemente das ideologias partidárias que nos movem individualmente.

Somos um povo heterogêneo. Cada um de nós pensa da sua maneira. A manifestação do pensamento é livre, e essa é a beleza da democracia. No dia em que impedirmos o outro de pensar ou emitir opiniões, seremos intolerantes. As pessoas que neste domingo irão às ruas precisam ser tolerantes com as diferenças. Conflitos em nada contribuem com o regime democrático. Conviver com as diferenças é uma arte que faz parte da nossa cultura. É dando as mãos que construiremos um país melhor.

O muro da discórdia construído em frente ao Congresso é um ultraje à nossa história, mostra que as paixões estão sufocando a razão, podendo a crise política transformar-se em crise social. Somos um mesmo povo. Juntos, somos fortes.

Repito o que disse na Comissão que aprovou o relatório do nobre Deputado Jovair Arantes, muito bem elaborado: *impeachment* não é golpe! Golpe é ser eleito pela ilusão de propostas inexecutáveis; golpe é maquiar as contas públicas; golpe é usurpar o poder do Parlamento; golpe é sugerir a impunidade para sugerir a preservação de um projeto de poder. Não está em curso um golpe.

Vimos o amadurecimento da democracia. Ninguém tem o direito de ir contra o regime democrático — nem a Esquerda nem a Direita. Aqueles que se referem a esse processo como golpe tentam incutir na opinião pública, especialmente nas classes operárias, nos movimentos sociais, naqueles que viram suas vidas melhorarem nos últimos anos, nas minorias que tiveram seus direitos fortalecidos, a sensação de que as coisas piorarão com o fim desse Governo.



Assim como fez nas últimas eleições presidenciais, o Partido dos Trabalhadores usa o medo como uma forma de coesão social. Afronta o Estado Democrático de Direito ao supor que uma pedalada fiscal seja banal, de menor importância, justificada por algumas finalidades.

Brasileiros e brasileiras que me ouvem, qualquer afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal é um crime de improbidade administrativa, condenado pela própria Constituição. É isso que está em jogo. Contrários ao *impeachment* vêm aos corredores da Câmara pedir por democracia, mandam mensagens nas redes sociais cobrando democracia.

Democracia não é esperarmos sentados e vermos um Governo ruir as contas públicas e afundar o País na maior crise das últimas décadas. Democracia não é nos sujeitarmos aos ditames de um Governo que usurpa poder e descumpra as leis que deveria executar.

É possível garantir programas sociais sem cometer crimes, Presidente Dilma.

Nas casas das pessoas, de famílias que trabalham diuturnamente para ter qualidade de vida e sustento, a conta do mês funciona na ponta do lápis. É um controle feito principalmente pelos pais para que a família não se afunde em dívidas e tenha que vender os bens para pagar as contas. Os pais sabem que é preciso ser responsáveis pela saúde, pelo sustento e pela educação de seus filhos.

No País funciona da mesma forma, se o governante é irresponsável com essa conta, vai faltar dinheiro. Quando isso acontece o País se afunda em dívidas. Mais hora, menos hora não vai ter dinheiro para pagar tantos credores.

Pedaladas fiscais são uma forma de mentir para os cidadãos que há dinheiro quando não há. Isso só prorroga uma crise que já deveria estar afastada de nós há



muito tempo se esse Governo tivesse tido coragem de fazer o que deveria ter feito: ajustar as contas públicas, reduzir os gastos supérfluos da máquina pública, reduzir Ministérios, tornar a administração eficiente, afastando, inclusive, a corrupção, que parece estar enraizada em toda a estrutura deste Governo.

Para se defender nos últimos dias o Palácio do Planalto se transformou em palanque político, mostrando que há quem apoie esse modo de governo.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, não se trata de apoiar ou não o Governo da Presidente Dilma. Trata-se de apoiar ou não a impunidade. Trata-se de apoiar ou não uma afronta à Constituição Federal. Trata-se de apoiar ou não o argumento de que “se os outros Presidentes faziam, então eu posso fazer também”. Não pode, Presidente Dilma! Não pode!

Impeachment não é golpe, repito. É um dispositivo legal para que um governante eleito não destrua o que resta de um país. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*) Pois se chegou a esse estado, uma fratura muito grande ocorreu na saúde política e econômica da Nação.

Mas também entendo o medo da população. Há 13 anos não conhecemos outra forma de governo senão a desse que está aí. Nós nos acostumamos a esse modo de governar.

Corporações com Governos que atuaram há mais de uma década é quase irracional. Os contextos eram outros. Cada Governante contribui de sua forma para resolver diferentes problemas.

E como a Presidente Dilma tentou resolver os problemas do País? Colocando Lula como Ministro em meio à maior investigação que este País já viu, para lhe dar



foro privilegiado? Ou, talvez, rateando cargos como se a administração pública fosse um balcão de negócios? E essa a grande solução para o País?

Quem está cometendo um golpe contra o País é o próprio Palácio do Planalto, com a ânsia de poder dos que lá estão. (*Palmas.*) Foram eles que esqueceram a quem devemos servir em uma democracia. Não é a nós, Deputados, não é à Presidente Dilma, tampouco a um projeto político.

Servimos ao povo brasileiro, que foi às ruas aos milhões e tingiu de verde-amarelo milhares de Municípios, ricos e pobres, grandes e pequenos. É aos moradores dessas cidades que a Presidente Dilma deve explicações. E nós, representantes eleitos, somos a única forma de fazer valer o desejo desses milhões. Isso é democracia, gostem ou não.

Não estamos felizes com isso. Não estamos confortáveis com essa situação, pois fragiliza todo o sistema político. Este é um momento de reflexão, em que deve ser garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, como foi na Comissão e como será no Senado Federal, respeitando-se o mais correto processo legal.

Eu acredito na democracia e jamais aceitaremos retroceder em direitos sociais.

Sem dúvida, os governantes petistas levaram muitos estudantes às universidades e geraram emprego e renda, mas, por uma má administração, hoje os empregos estão perdidos. Postos de trabalho estão fechados, empresas falem a todo o momento, e quem sofre é o cidadão lá na ponta.

O Brasil tem jeito, mas não precisa ser assim. Nós, do PSL, acreditamos que o processo de *impeachment* é apenas o começo, pois precisamos de uma grande renovação na política brasileira. Aqueles que cometeram crimes precisam ser



julgados e penalizados, independentemente de a que partido ou ideologia pertençam. As ruas não descansarão enquanto houver corrupção.

Para finalizar esse dia histórico, cito Rui Barbosa:

“A pátria não é ninguém; são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.”

Domingo fortaleceremos a Pátria. As pessoas nas ruas fazem nosso País vivo. E é a essas pessoas que devemos nossa responsabilidade. São essas pessoas que constroem a democracia. É o povo que clama por justiça. Nosso papel é tornar esse clamor realidade.

Viva o Brasil! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira que nos acompanha neste momento histórico da vida republicana, sob a bandeira brasileira, sob o verde e amarelo, representando a população do Estado do Paraná, quero aqui deixar o meu registro.

A democracia pode não ser o regime perfeito ou o mais adequado, mas é, seguramente, o menos ruim de todos eles. Ela nos permite o erro e também nos permite a correção. A democracia nos permite que amanhã nós corrijamos o erro



que cometemos lá atrás, em 2014, ao eleger alguém que não estava qualificada para dirigir o destino do nosso País.

Estamos dando os passos finais para a admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente da República. Ao terminar o processo que culminará com a votação neste domingo, estará terminando também não só o Governo, mas um sistema, uma oligarquia, um sistema corporativo que se instalou no País com o Governo do PT. Aparelhou-se uma casta, espalhada em todos os espaços do Governo, engessando a administração pública, que beneficiou amigos, apadrinhados, apaniguados e implantou-se uma república dirigista, que mostra, ao fim de 13 anos, o caos em nosso País.

Destruíram-se os fundamentos econômicos, o zelo fiscal foi totalmente abandonado, repercutindo a incerteza do mercado, que, como consequência, freou investimentos, cortou perspectivas, reduziu o consumo e a demanda, levando empresas a fazerem cortes, que refletiram em fechamento de negócios, comércios, fábricas e serviços, tendo como consequência a perda de milhares e milhares de empregos. Retiraram de brasileiros o maior benefício social que um cidadão pode ter, o seu sagrado salário no final do mês, responsável pelo seu sustento e o de sua família.

Destruíram-se também os fundamentos do Estado. Nada mais funciona direito no País. Justiça e segurança estão desorganizadas. A violência grassa por toda a Nação. Centenas de jovens não têm perspectiva de futuro, outros perdem a vida. O tráfico de drogas também impera, e o número de mortes, pasmem, é maior do mundo. A Justiça inacessível deixa os brasileiros longe dos seus direitos.



Destruíram-se também os fundamentos sociais diretos, tão prometidos e alardeados em programas e propagandas eleitoreiras, repetidas, eleição por eleição, inclusive na recente, de 2014, quando se cometeu um verdadeiro estelionato, enganando e tripudiando sobre a população. As promessas de campanha se esvaziaram em seguida, logo, logo, ainda no primeiro ano do segundo mandato da Presidente. Os avanços sociais conquistados ao longo dos anos, que levariam a nossa população a patamares mais elevados, em pouco tempo se esvaíram, retrocedendo nossos níveis a tempos pretéritos.

A nossa estrutura educacional, e também a da saúde, não precisou ser destruída, ela sequer foi devidamente construída nos anos de Governo petista, lulista e dilmista. Milhões de reais se arrecadaram com a espoliação dos brasileiros pela carga tributária, mas, nesses anos todos de Governo, os irmãos brasileiros não tiveram atendimento médico-hospitalar e continuam morrendo nos corredores dos hospitais sem ser atendidos.

Com a educação não foi diferente. A *Pátria Educadora*, entre aspas, ficou só no *slogan*. Nossas gerações futuras estão seriamente comprometidas, pois não lhes foi ofertada educação de qualidade que lhes garantisse ensino e formação, essenciais para um verdadeiro desenvolvimento sustentado de uma nação. Desde a pré-escola ao ensino superior, faltou gestão. A evasão escolar continua altíssima, o financiamento para a faculdade está em falta aos nossos jovens.

Mas há algo grave que não se destruiu no País. Ao contrário, cresceu, multiplicou-se e evoluiu nesse passado recente, presente nos dias atuais: a corrupção que se instalou no poder da República e que vem de longe, do berço do PT. Originou-se nas estruturas do partido para financiar, lá no começo de sua vida, a



caminhada da busca ao poder. Neste Governo, os princípios do poder precedem o Governo e, mais, precedem os princípios do Estado, que deveria ser a essência da realização política.

A corrupção evoluiu neste País a tal tamanho que desencadeou a maior ação policial e jurídica em curso na história, não a maior do Brasil, mas a maior da história mundial. A corrupção político-institucional e governamental serviu, sim, para financiar o poder, as campanhas, os apadrinhados, grandes corporações, amigos do rei e da rainha.

Por essa razão, pelo caos econômico e social que se instaurou neste País, o povo foi às ruas. A voz do povo é a voz de Deus. E nós somos a voz do povo. Nós somos o povo. Ao povo somos submetidos. Através das urnas estamos aqui e seremos fiéis. O povo não quer mais a atual Presidente e sua administração ruim, maléfica, contra o povo brasileiro.

Mas os argumentos aqui expostos não são os que estão no pedido de *impeachment*. Sim, o pedido é jurídico, é técnico. É verdade. A governante desrespeitou a lei fiscal, gastou sem permissão, criou déficit com pedaladas sem autorização deste Congresso. A lei nos permite, infelizmente, não retroagir e somente apontar os erros cometidos neste atual mandato. E eles são o motivo do processo do impedimento. Se pudéssemos voltar aos anos anteriores, certamente iríamos encontrar razões semelhantes e abundantes para repetir o processo de *impeachment* hoje aqui apontado.

Alguém nos indaga: o povo clama por mudanças porque o País quebrou em todos os sentidos? Sim, mas as origens são os desmandos fiscais e administrativos



registrados no processo de *impeachment*, que causaram os fracassos, todos expostos em nossa Nação.

Portanto, não estamos patrocinando o golpe. Estamos dando curso ao legítimo procedimento constitucional que prevê o afastamento da Presidente, que será substituída pelo Vice, como devidamente manda a lei.

O que a Presidente nos tirou queremos de um novo Governo, um Governo de transição que leve ao País as mínimas condições de equilíbrio econômico para a recuperação de atividade empresarial, recuperação dos empregos perdidos. Que a transição do nosso novo Presidente leve um pouco mais de qualidade de vida a cada brasileiro, que nos guie com democracia e liberdade a serviço do nosso povo.

Em nome do povo do Paraná, com esperança por um futuro melhor e uma promissora geração, digo “sim” ao *impeachment* que amanhã estaremos votando. Em nome do povo do Paraná, pela liberdade, pela democracia, viva o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Chamo o PEN para a discussão.

(Pausa.)

Não houve indicação do partido PEN? *(Pausa.)*

O.k. PEN ausente. Perdeu.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - A primeira palavra desta tribuna é contigo, Lula. Tu te lembras do dia 13 de setembro de 2010, na campanha da Dilma, sobre um caminhão em Joinville?

Lula disse: *"Precisamos extirpar o DEM da política brasileira!"*

Anota esses nomes, Lula: Abel Mesquita Jr., Alberto Fraga, Alexandre Leite, Carlos Melles, Claudio Cajado, Efraim Filho, Eli Corrêa Filho, Elmar Nascimento, Felipe Maia, Francisco Floriano, Hélio Leite, Jorge Tadeu Mudalen, José Carlos Aleluia, Juscelino Filho, Mandetta, Marcelo Aguiar, Marcos Rogério, Marcos Soares, Mendonça Filho, Misael Varella, Missionário José Olímpio, Moroni Torgan, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, Paulo Azi, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rodrigo Garcia, Rodrigo Maia e Sóstenes Cavalcante. Esses, Lula, foram os combatentes do bem e os heróis do DEM.

Desde 1º de janeiro de 2003, quando tu assumiste o poder, nós estivemos numa oposição firme ao teu projeto, porque, desde sempre, nós somos completamente diferentes. Nós respeitamos a Constituição. A nossa diferença é como praticamos e pensamos a democracia. Para nós, um valor; para ti e tua gangue, um instrumento de poder e fortuna.

Lula, desonraste a confiança do povo brasileiro! A partir de amanhã, pelo trabalho do Democratas, o teu projeto de poder vai acabar, e tu estarás ao alcance do Dr. Sérgio Moro e dos jovens promotores de Curitiba, que resgataram a dignidade e a esperança do povo brasileiro.

Como dizem na minha terra, Lula, deu pra ti! (*Palmas.*)



Agora é contigo, Dilma.

Eu poderia ficar aqui por muito tempo, Deputados, listando toda a sujeira promovida pelos Governos de Dilma, da ELETROBRAS ao DNIT, do BNDES aos fundos de pensão, o petrolão, as denúncias do Líder do Governo Delcídio do Amaral. Roubaram e deixaram roubar, enquanto enganavam as pessoas, com um mundo virtual, paralelo, que só existe na cabeça dos petistas, na propaganda do PT e de seus governos.

O que tu nunca entendeste, Dilma, é que o povo brasileiro te deu uma oportunidade para governar e não uma autorização para iludir, mentir e roubar.

Desde a Carta Magna, as democracias modernas se esforçam para limitar o poder dos governantes, porque esse é um princípio fundamental para defender o bem mais precioso dos cidadãos do mundo todo, que é a sua liberdade.

Com as tuas pedaladas, tentaste roubar esse patrimônio dos brasileiros. Ao quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal, Dilma, destruístes, por um ato de vontade exclusivamente teu, um patrimônio que traz segurança aos brasileiros.

Há 60 anos, a nossa legislação prevê o crime de responsabilidade. Paulo Brossard de Souza Pinto, há 50 anos, ensinou-nos o caminho do *impeachment*. Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal fizeram o pedido, e aqui está o relatório Jovair, que vai ser aprovado por ampla e absoluta maioria de mais de 370 votos.

Dilma, acabou! Se te resta, Dilma, alguma dignidade, renuncia, antes que o processo chegue ao Senado Federal, para trazer um pouco de paz a esse povo que tu tanto agrediste com a tua prepotência, com a tua arrogância e com a tua incompetência!



A minha terceira palavra, senhoras e senhores, é direcionada aos gaúchos, às gaúchas e aos brasileiros. Sabem o que nos dá legitimidade para estar aqui neste momento? O maior movimento de massas que já aconteceu no mundo. Seis milhões de brasileiros foram às ruas para pedir o fim deste Governo corrupto, enganador e mentiroso.

Por vocês, brasileiros e brasileiras, estamos aqui, legitimados, e com a Constituição na mão cumprimos amanhã o nosso dever de dar um basta nessa quadrilha e nesse Governo que infelicita a Nação.

O último recado é àqueles que chegarão ao poder: tenham bem claro que os brasileiros e as brasileiras nunca mais aceitarão ser enganados! A cidadania está na mão das pessoas, o poder está na mão dos brasileiros. Amanhã, a esperança, que foi roubada pelo PT, com a graça de Deus, retornará, e nós poderemos dizer: viva o Brasil e vivam os brasileiros! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Nunes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. JOSÉ NUNES (Bloco/PSD-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, o Brasil vai amanhecer com a expectativa muito grande de que este País possa continuar a andar. Não podemos permitir que o País sofra com a solução de continuidade. O Brasil precisa realmente dar uma resposta amanhã, nesta Casa, e o País não pode parar por mais 4, 5, 6 meses.

Essa questão das pedaladas fiscais não justifica a cassação de uma Presidente da República. Se formos cassar um Presidente da República, um Governador ou um Prefeito, certamente nós teremos muitas dificuldades a enfrentar. As pedaladas não justificam, caros Deputados, rasgar a Constituição. A democracia é mais forte. A democracia é importante.

Portanto, vamos à luta. Vamos votar “não” a esse *impeachment* que está estabelecido nesta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores que nos acompanham em todo o País, meu nome é Sandro Alex, sou de Ponta Grossa, do PSD do Paraná.

Inicialmente, como Vice-Presidente do Conselho de Ética, eu comunico ao Brasil que o processo envolvendo o Presidente da Câmara chegará ao seu tempo e à sua hora.

Hoje, nós estamos tratando do *impeachment* da Presidente da República. A discussão não começou aqui na sexta-feira. Ela começou no Supremo Tribunal



Federal, legitimando o processo de *impeachment*. Como disse a Ministra Cármen Lúcia, num processo legítimo *de impeachment* não há ameaça à democracia. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal, afasta-se qualquer possibilidade de golpe, porque, se houvesse a mínima ameaça, o Supremo Tribunal Federal não daria legitimidade a ele.

Eu estou aqui há 30 horas ouvindo, senhoras e senhores, os pronunciamentos dos Parlamentares e não ouvi ainda uma resposta sobre os crimes de responsabilidade que foram atestados pelos órgãos de fiscalização e controle e pela OAB. O que vejo são ataques a instituições — ao Ministério Público, à Justiça Federal, à Polícia Federal, ao TCU, à OAB —, ao Juiz Sérgio Moro, à imprensa livre. Há uma inversão de valores.

Com a presença do crime de responsabilidade fiscal, somos chamados pela Constituição para votar o legítimo e constitucional processo de *impeachment*. E não faltarei com a minha obrigação. E, em nome da população ponta-grossense e paranaense brasileira, o meu voto é “sim”, pelo *impeachment* da Presidente da República. (*Palmas.*)

A população que nos acompanha em todo o País, amanhã, também estará atenta a cada uma das manifestações que aqui serão proferidas. A minha decisão se deu ainda na instalação do processo, com o Prof. Miguel Reale, e, de lá para cá, tudo o que ouvimos, assistimos e acompanhamos sobre as denúncias no Brasil corrobora ainda mais a minha decisão e fortalece o meu voto “sim”.

Portanto, comunico ao Brasil que amanhã aqui estarei, ao lado dos senhores e das senhoras que não faltarão com a sua obrigação, para votar o processo constitucional do *impeachment*, legitimado pela Suprema Corte deste País.



E o meu voto será “sim”, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, agradeço ao PSD a deferência de me dar o tempo, ainda que eu divirja da posição majoritária da minha bancada.

É verdade que a economia do nosso País está em frangalhos, porque este Governo não teve a capacidade de levar o País para o desenvolvimento. Concordo!

É verdade que é necessária e urgente a mudança na forma de governar; é necessária a mudança desse modelo de presidencialismo em que a relação espúria entre os partidos tem, de certa forma, trazido a corrupção como meio para sobrevivência na política. Isso também é verdade.

Será que eu acho, como disse aqui o Dr. Miguel Reale, que o desvio de milhões de dólares para o bolso de políticos é o mesmo que uma pedalada fiscal? Discordo veementemente do que disse aqui o denunciante.

Será que eu acho que pedalada, a não observância à meta fiscal, que foi posteriormente revista e aprovada pelo Congresso Nacional, tem potencial para interromper um mandato presidencial conferido pelo voto direto do povo brasileiro? Certamente que não.

Será que é justo afastar apenas a Presidente da República por pedalada fiscal, sem afastar o Vice-Presidente, que também fez a mesma pedalada, ou o Presidente da Câmara dos Deputados, que também é investigado pelo Conselho de Ética? Com certeza, não.

Eu sou favorável à Operação Lava-Jato e a toda a investigação contra Governo, empreiteiros, escritórios, partidos e políticos corruptos, mas a alternativa



para a crise não pode ser o *impeachment*. A alternativa para a crise só pode ser encontrada através da democracia.

Por isso defendo o plebiscito e por isso apresentei projeto de decreto legislativo. Em 24 horas, coletamos 200 assinaturas, com o apoio desta Casa.

Sou contra eleições indiretas, sou contra a escolha pelo Congresso Nacional, e é isso o que nós estamos fazendo hoje. Não é um processo de julgamento de *impeachment*.

Sou contra a corrupção e a favor da democracia. Como diria Dante, “*no inferno, os lugares mais quentes estão reservados àqueles que escolheram a neutralidade em tempo de crise*”.

Eu digo “sim” à democracia e “não” ao *impeachment*!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho ouvido com muita atenção a maioria dos pronunciamentos.

Quero aqui, em nome da Liderança do meu partido, dizer que o PPS tem pautado a sua história, ao longo do tempo, pelos serviços prestados aos trabalhadores e à sociedade brasileira, principalmente aos mais excluídos, desde o PCB, que foi o partido que nos originou e nos fez chegar até aqui. Todas as lutas do povo brasileiro tiveram a participação decisiva dessa experiência que vem desde 1922, principalmente em favor dos mais excluídos deste País e em favor da democracia.

Todas as vezes que a democracia foi interdita — e não estou falando apenas de 1964 —, nós estávamos como vítimas. Vários militantes do Partido Comunista Brasileiro, do PPS, como Manoel Fiel Filho, Vladimir Herzog e tantos outros, foram vítimas. Toda vez que a democracia foi interrompida, nós estávamos do outro lado, como vítimas. Não há uma única razão que nos motive a negligenciar esse conceito tão valioso.

Portanto, não aceitamos essa caricatura de retórica que se está fazendo, de tentar confundir esse processo, que já foi consagrado pelas instituições republicanas do Brasil, que teve a unanimidade dos técnicos e dos Ministros do Tribunal de Contas da União, a quase unanimidade da Ordem dos Advogados do Brasil, que teve a manifestação de vários Ministros da Suprema Corte brasileira... O Supremo Tribunal Federal, inclusive, estabeleceu o rito o processo do *impeachment* que nós



hoje estamos executando, com a presença da Advocacia-Geral da União na sessão que definiu o rito. Não pode ser levada a sério essa caracterização de que não se trata de um processo que está sendo feito dentro dos marcos da legalidade.

E também fica caricato dizer que diversos partidos, como PPS, Rede, PSB, e diversas personalidades, como Miro Teixeira, Cristovam Buarque, Marina Silva, Heloísa Helena e tantas pessoas, inclusive dissidentes do PT, agora tenham virado golpistas, a exemplo do Sr. Hélio Bicudo, que é fundador do PT e foi um dos mais graduados militantes dos direitos humanos que a história da democracia brasileira já teve.

Não é possível convencer um único cidadão dessa farsa!

Digo a mesma coisa em relação aos artistas. Ouvi depoimentos de Marcos Palmeira, Adriana Calcanhoto, Stepan Nercessian, Antônio Fagundes, Carlos Vereza. Eu ouvi depoimentos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Peço desculpas, mas o critério é único. Não há 1 segundo de prorrogação de nenhum dos tempos.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, pela Liderança do PSDB.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já ultrapassamos 30 horas de debates ininterruptos nesta Casa a respeito de um tema extremamente relevante para a população brasileira.

O *impeachment* é previsto num artigo da nossa Constituição. Alguns membros da Situação alegam que estamos aqui criando uma figura de retórica, uma figura de oratória, mas se esquecem de que essa figura cabe também a quem governa o País.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, tão decantada aqui, muitas vezes é tida como uma legislação específica. Quando um cidadão comum comete uma infração, ele é submetido à nossa legislação brasileira.

À Presidente da República cabe a nomeação dos seus Ministros da administração direta, da administração indireta. Enfim, ela é a responsável pelos atos do Governo Federal.

O que nós verificamos aqui? Falam das pedaladas, que há muitos anos este Governo vem cometendo e, a cada instante, vem utilizando recursos oriundos de bancos públicos e privados, o que não é permitido por lei, principalmente sem autorização desta Casa Legislativa. Há um desrespeito. Foi cometido um crime, foi praticado um ato de desrespeito ao Congresso Nacional. Porém, a Situação se apequena muito. Diz que juridicamente não há amparo legal para o processo de *impeachment*.



Acompanhei a sustentação do Dr. Miguel Reale Junior, um dos brilhantes juristas do nosso País, e, sem sombra de dúvida, o que ele disse aqui ele afirmou por conta do profundo conhecimento e da capacitação jurídica que obteve ao longo dos anos de trabalho, de dedicação, como doutor da Universidade de São Paulo.

Vi também o contraditório do Governo. O Ministro José Eduardo Cardozo, por quem eu tenho grande respeito, fez mais do que poderia. Ele tentou desconfigurar o pedido de *impeachment*, dizendo que juridicamente não tinha sustentação.

Ora, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, isso fica muito claro. Há 26 seções da Ordem dos Advogados do Brasil dizendo que é crime, que cabe o *impeachment*. O que mais querem os membros da Situação? Querem estar acima da lei? Não cabe sequer reparo ao que disse aqui o Deputado Jovair Arantes, no seu relatório, aprovado por 38 votos contra 27. Aquele é um relatório juridicamente sustentável; não se trata de uma colocação pura e simplesmente política.

Este Governo fez com que houvesse um prejuízo de 5,7 bilhões ao POSTALIS, dos Correios; um prejuízo de 15,4 bilhões de reais à Petros e prejuízos à PETROBRAS. O que espera o Governo? Obviamente, não cabe mais nada.

Alguns Deputados tentam fazer aqui um debate ideológico, político, de mais à esquerda, mais à direita. Esse debate não está colocado, Deputados. O debate que está colocado aqui é sobre a infringência da lei: ou a lei vale para todos, ou não vale.

O senhor me dizia há pouco: *“Eu tenho um precatório de uma desapropriação e tenho uma dívida com o Governo Federal. Não posso fazer a compatibilidade delas. Eles não aceitam como pagamento o precatório que tenho a receber da União.”* E o Governo Federal se dá ao direito de cometer crimes e mais crimes.



O que cabe a nós, aqui, que hoje somos investidos na figura de julgadores daquilo que se apresenta a cada um de nós? Não há alternativa, senão acolhermos a solicitação do *impeachment*, o afastamento, o impedimento da gestora do Governo Federal.

Ganharam uma eleição. Sabemos hoje de que forma essa eleição foi ganha: com recursos escusos. É só verificar o que acontece. No dia de ontem ainda, um dos envolvidos nessas operações da Polícia Federal, por solicitação do Ministério Público, foi preso. A cada dia se vê alguém sendo preso neste País por corrupção! Nós temos que dar uma resposta rápida, uma resposta muito dura, porque a sociedade nos cobra isso. A sociedade quer que o Parlamento, na sua investidura, cada um, obviamente com a responsabilidade da representação que nos trouxe a esta Casa... Temos uma grande responsabilidade.

Seremos juízes de uma grande causa, de uma causa sobre a qual não restam dúvidas. A mim me parece que não só esse, mas vários outros crimes foram cometidos sob a égide de alguém que se achava proprietário do País, e não um gerente dele. Confundem Estado com Governo e partido político.

Ao PT restou passar escritura pública do País no nome do seu partido, e isso não vamos permitir, porque fomos eleitos para vigiar, para fiscalizar os atos do Executivo. Fica muito claro que esse Executivo não merece respeito. Esse Executivo perdeu a credibilidade. Esse Executivo não permite mais governabilidade. Portanto, não resta nada mais.

Não fiquem apreensivos. Não aceitarei provocações. Não fiquem apreensivos! Aqueles que têm dúvida não façam nada, a não ser avaliar a representação que foi apresentada aqui nesta Casa. Ela está pronta, preparada para uma resposta aos



discursos políticos palanqueiros, demagógicos, feitos por aqueles do Governo. Eles querem, no último minuto, no último segundo, tentar ainda continuar dando grande calote no País, prejudicando os trabalhadores, que são aqueles que eles dizem representar e para os quais viram as costas.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos amanhã ao *impeachment* já!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, como Líder, ao Sr. Deputado Weverton Rocha, pelo PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, ouvintes da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*, neste momento que estamos vivendo, com mais de 36 horas ininterruptas de sessão, estamos aqui debatendo, primeiro, para você que está em casa e para os indecisos.

O que se passa, de verdade, por trás desse processo do *impeachment*?

Eu não preciso falar muito aqui, porque, na própria entrevista do nosso nobre Relator do processo de *impeachment*, ele mesmo já resume todos os argumentos.

Confesso que, se eu soubesse que ele ia dar essa entrevista, hoje de manhã, para a *Folha de S.Paulo*, eu não precisaria nem usar a minha 1 hora de tempo — eu estive aqui das 3 horas às 4 horas da manhã —; bastaria eu vir aqui e falar dessa sua entrevista para você que está me assistindo, para V.Exa., Deputado indeciso, entender o que estamos dizendo aqui há mais de 36 horas diretas.

Na entrevista, o Relator diz:

“O Relator do processo de ‘impeachment’, Deputado Jovair Arantes (PTB-GO), afirmou na manhã deste sábado reconhecer que as acusações de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff estão em segundo plano nesse momento em que o processo, agora, se resume a uma disputa de poder entre a petista e o Vice-Presidente, Michel Temer.



Jovair, que é a favor do impeachment e está no grupo de Temer, afirmou que o Vice errou ao ter ido na sexta para São Paulo, onde pretendia ficar até segunda. Com a mudança de alguns votos a favor de Dilma, Temer resolveu voltar para a Capital Federal na manhã deste sábado.

‘O erro dele foi ter ido para São Paulo, deveria ter ficado. Claro que numa disputa de poder tem que ser feito isso, a presença dele é importante (...).’

Meus amigos, eu soube hoje, também pelos meios de comunicação, que a Oposição pretende entrar com uma representação, denunciando Governadores do Nordeste por abuso de poder político. Falam de abuso de poder político e citam como exemplo o Governador do meu Estado, Flávio Dino, que veio a Brasília conversar com seus correligionários.

Diga-me qual foi o erro que o Governador do Maranhão cometeu, por exemplo, ao conversar com o Deputado Federal Waldir Maranhão, do PP. Waldir Maranhão foi eleito na chapa do Flávio Dino. Waldir Maranhão usou os mesmos votos que o Deputado Federal Rubens Pereira Júnior, do PCdoB, para também ser eleito. O Governador não veio conversar com seu adversário político, não veio conversar com seu inimigo político. O Deputado Waldir Maranhão já participa do Governo Flávio Dino, porque ajudou a imprimir aquela grande vitória, com mais de 1 milhão de votos de diferença. Portanto, não foi ilegítimo o Waldir Maranhão atender ao pedido de sua maior república, o Maranhão.



Agora — e aí, sim —, nós é que deveríamos fazer uma denúncia. Alguém explica por que a ex-Governadora do meu Estado, a filha do Sarney, está no escritório em Brasília, fazendo o mesmo trabalho, ao pedir os Deputados para votarem a favor do *impeachment*, para que Temer volte, para que Temer chegue ao Poder? Por quê? Será que é porque ela já sabe os caminhos?

Lá, no Maranhão, foi assim. Lá, ela tirou o Jackson Lago, e todos sabem o que aconteceu. Ela o tirou, na época, por meio de um grande golpe judicial que deram através do TSE, em Brasília. Tiraram o Jackson Lago de forma brutal, de uma forma que até hoje o povo do Maranhão não perdoa e não esquece. O PMDB faz isso lá e acha que pode fazer a mesma coisa no Brasil, usar a mesma prática.

Senhoras e Senhores, será no voto. Até amanhã estaremos firmes aqui, lutando pelo voto. Tenho certeza absoluta de que nós já temos número suficiente para votar “não” ao *impeachment* — para os conscientes; não os que são a favor do Governo Dilma. Aqui não se trata disso. Aqui existem críticos ao Governo dela, aliados dela, independentes, de todos os setores, de partidos como o PMDB até aos da extrema esquerda.

Amanhã, digam “não”; “não” ao *impeachment*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur Virgílio Bisneto, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (PSDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está chegando a hora. Uma coisa que me incomoda muito é que num momento tão importante para o País ainda existam os ditos indecisos. Não existe indecisão nenhuma de lado a lado. Existe, sim, negociata. Existem, sim, conversas escusas no Royal Tulip, um hotel aqui em Brasília.

Existe, sim, uma tentativa de calar uma população que está nas ruas, clamando pelo desempenho do seu papel pelos seus Parlamentares. Amanhã será o dia de a população dar o seu grito de “basta”, alertando os seus Parlamentares de que não é fácil sobreviver a um processo tão doloroso como esse para o País.

Eu relembro aos indecisos e àqueles que pensam em vender os seus votos: foram 38 votos a favor de Fernando Collor de Melo no *impeachment* de 1992. Somente dois Deputados sobreviveram àquele fatídico momento da nossa Nação. Portanto, aqueles que ainda se dizem indecisos que tomem cuidado com as urnas. As urnas elegem, mas também punem.

Eu tenho certeza absoluta de que o povo que nos acompanha, na sua maioria esmagadora, espera de nós um gesto corajoso, forte, em defesa da democracia, do País e das pessoas mais simples no nosso País.

Eu ouvi muito a conversa do golpe. Essa é a única coisa que as pessoas têm para dizer do lado de lá: é golpe daqui, golpe dacolá. Mas os golpes foram dados pelo Governo, infelizmente.



Não há golpe, porque o rito constitucional está sendo cumprido. Golpe foi o Lula e o PT terem se negado a jurar a Constituição de 1988. Não há golpe, porque a decisão da Câmara dos Deputados foi respaldada pela Suprema Corte deste País. Golpe foi o Lula e a Dilma terem apoiado o MST, organização criminosa que invade terras e tenta destruir o agronegócio.

Não é golpe enfrentar e derrotar a corrupção que está apodrecendo as instituições brasileiras. Golpe foi a corrupção da era petista ter exterminado a PETROBRAS, falido o sistema elétrico, roubado o BNDES, abafado CPIs nesta Casa e empurrado milhões de brasileiros para o desemprego, a fome e o desespero.

Basta! Basta! O Brasil declara o “basta” nas ruas e nos corações.

O dever histórico desta Casa é ouvir o clamor das ruas e decretar que a esperança ainda não morreu. Votemos contra a incompetência, a desonra e o desrespeito. Votemos de cabeça erguida. Encaremos nossos familiares, nossos amigos e companheiros sem baixar os nossos olhos. Voltemos o olhar generoso para o futuro dos brasileiros.

Saí de casa armado, Sr. Presidente, mas de amor e determinação para honrar o meu País traído, meu Amazonas desprezado, minha Manaus ultrajada por mentes mesquinhas que pensam em punir o ex-Senador Arthur Virgílio Neto, atualmente Prefeito, que desmascarou Lula por 8 longos anos, quando, na verdade, castigam impiedosamente mais de 2 milhões de brasileiros governados por ele.

Voto com ternura, sem amargura. Voto na decência, com consciência. Voto na normalidade, e não na impunidade. Voto na Suprema Corte e no Juiz Moro, que, mesmo tendo errado no varejo, acertou, e muito, no atacado, na composição de uma grande obra moral da nacionalidade. Voto nos desempregados e nos empregados



que estão inseguros. Voto na capacidade empreendedora dos empresários. Voto, com amor, na juventude. Voto no desenvolvimento, em lugar da depressão, que a todos nós maltrata. Voto na dignidade do Parlamento. Voto na fé. Voto no meu povo, no meu Brasil, no meu Amazonas, na Manaus dos meus melhores sonhos e sentimentos. Voto com o meu coração. Voto com o meu cérebro. Voto em cada um dos brasileiros e em cada uma das brasileiras, que merece sonhar e realizar seus sonhos. Voto com emoção, comovido, resoluto e seguro de que não há derrota definitiva para esta Nação, que espera por liberdade, e não por tirania; por dignidade, e não por humilhação; por certeza, e não por angústias; de novo, por dignidade, e não pela lama da corrupção do Governo do PT. Voto na memória de Ulysses, Tancredo, Arraes, Afonso Arinos. Voto nas pessoas humildes e sem voz — quero ser a voz dessas almas sofridas. Voto no Brasil e nos brasileiros.

Impeachment, sim; desordem, não.

Voto na história, e não na mediocridade das negociatas.

Brasil, a sua piscina está cheia de ratos. Limpe a sua piscina. Limpe a sua consciência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Convido o último partido inscrito, o PMB, para discussão do parecer da Comissão Especial. O PMB tem até 60 minutos. Que seja aberto o tempo.

Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de saudar a todos e a todas!

Primeiramente, deixo bem claro, para as pessoas entenderem, que nós não estamos votando o *impeachment*. Isso não é papel da Câmara dos Deputados. O papel da Câmara dos Deputados é aceitar ou não a admissibilidade do processo. Se aceitar a admissibilidade, o processo vai para o Senado, e é o Senado que tem a responsabilidade de fazer o julgamento e a investigação. Esse papel é do Senado. Cabe à Câmara dos Deputados aceitar ou não a admissibilidade do pedido, e cabe ao Senado fazer a investigação e decidir se houve ou não crime de responsabilidade.

Há uma questão muito importante que eu acho temos que considerar com muita seriedade, porque este é um momento muito difícil na história do País. Temos que saber separar o joio do trigo. É fundamental separarmos o joio do trigo. Não podemos jogar a água suja da bacia com a criança dentro.

É importante fazer distinção entre os dois mandatos do Presidente Lula e entre o primeiro mandato da Presidente Dilma e este último. São coisas totalmente distintas, totalmente diferentes. Não há como deixar de reconhecer os legados dos mandatos do Presidente Lula. Não há como deixar de reconhecer os legados do primeiro mandato da Presidente Dilma.



Os mais jovens talvez não tenham lembrança do passado, mas o nosso País mudou nas últimas décadas. Eu lembro. Minha mãe teve sete filhos e passou por muita dificuldade e sofrimento. Minha mãe não tinha vaidade nenhuma, apenas preocupação em ter algo para nos dar de-comer. Nós caminhávamos quilômetros e quilômetros para chegar à escola. Eu só fui registrado quando tinha mais de 10 anos de idade. A minha casa, que não era na cidade, não era na roça nem na zona rural, não tinha rede de esgoto nem energia elétrica.

Eu tomava banho frio, de bacia. Eu comecei a estudar aos 8 anos. Eu fui à padaria — naquela época, os pães eram enrolados —, peguei um pedaço de pão, um toquinho de lápis e fui para a escola. Nem registro eu tinha.

O nosso País, daquela época para cá, mudou. Foi no velório da minha mãe que eu analisei a situação e pude perceber que, se naquela época houvesse o Bolsa Família, com certeza a vida da minha mãe e a de seus sete filhos teria sido outra, totalmente diferente.

Não há como deixar de reconhecer o grande número de estudantes que ingressou na rede pública. O nosso País ficou 20 anos, de Fernando Henrique para trás, sem construir uma universidade pública federal — 20 anos! Hoje, houve expansão universitária, construíram-se universidades no Brasil inteiro. Vou dar um exemplo: em várias regiões do Estado de Minas Gerais há *campus* avançado da Universidade Federal de Uberlândia — UFU, em Monte Carmelo, Ituiutaba, Patos de Minas. E há ainda os cursos técnicos profissionalizantes, o PRONATEC e outros.

Lembro-me de que, na época do Fernando Henrique, eu estava no movimento estudantil. Foi com muita luta e com muita mobilização que nós saímos



às ruas e tentamos impedir o fechamento das escolas técnicas profissionalizantes. Infelizmente, elas foram fechadas.

O Programa Luz para Todos, o Ciência sem Fronteiras, um programa do mandato da Presidente Dilma, e vários programas do Governo deram dignidade e melhoraram a qualidade de vida do povo brasileiro.

Agora, nós temos que separar o que aconteceu nesses três mandatos do que aconteceu no mandato atual da Presidente Dilma. Com todo o respeito, eu não tenho dúvida nenhuma, sinto-me enganado, porque apoiei a chapa Dilma-Temer e votei nela. E, como a população brasileira, 54 milhões de pessoas, acreditei no programa que foi apresentado pela chapa Dilma-Temer. Infelizmente, no meu ponto de vista, aconteceu um verdadeiro estelionato eleitoral. O prometido na campanha não foi o entregue depois das eleições.

Eu vou discorrer aqui sobre várias áreas. Do ponto de vista econômico, tirou-se o direito dos trabalhadores e jogaram-se todos os problemas nas costas dos servidores. Há um PLP agora que congela o salário e retira direitos dos servidores. É o ajuste fiscal. Houve uma política econômica voltada para o setor totalmente equivocada. Então, prometeu-se uma coisa durante o processo eleitoral e entregou-se outra totalmente diferente depois das eleições. O estelionato eleitoral, não tenho dúvida, ocorreu.

De um lado, falam: *“Mas espere aí, a Oposição não aceitou o resultado da eleição”*. Isso é verdade? É verdade! Não aceitou e não deixou a Presidente Dilma governar, criou todas as dificuldades. De outro lado, ela também não cumpriu aquilo que estava no programa. Então, tem que se fazer essa separação.



O dramaturgo grego Ésquilo, que nasceu em 525 a.C., já dizia: “*Numa guerra, o primeiro ponto a ser atacado é a verdade*”. É verdade. Nós vemos aqui dois lados, e todo o momento tentam atacar as verdades. Há verdades dos dois lados.

Agora, o problema é que a Presidente Dilma perdeu as condições de governar. Infelizmente, ela perdeu a governabilidade. E aí podemos falar de tudo. Este último mandato da Presidente Dilma, como eu coloquei, deixou muito a desejar. Ela, infelizmente, não cumpriu seu programa.

Muitos falam da questão do Vice-Presidente Michel Temer. Eu deixo aqui uma crítica ao Partido dos Trabalhadores. Todo o mundo sabia — eu sabia — o que representava o Vice Michel Temer. Os Deputados e o Partido dos Trabalhadores também sabiam. Michel Temer não está lá como Vice-Presidente da República porque foi abduzido de Marte ou de outro planeta. Ele foi colocado lá por causa de uma aliança do Partido dos Trabalhadores. A Presidenta Dilma o escolheu como Vice-Presidente da República.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Vice-Presidente só estava esperando um momento de fragilidade e de dificuldade do Governo para poder atacar, igual ao Drácula, ao vampiro, em um filme de terror. O Vice se aproveitou da baixa imunidade da Dilma, que ficou desprotegida. O vampiro ataca se não está à luz do dia, se não há o crucifixo, se não há a água benta, se não há o alho. Assim, o vampiro vai lá, aproveita e ataca. Foi isso que o Vice-Presidente Michel Temer fez. Ele esperou.

No primeiro mandato, não teve jeito de atacar. Foi um mandato, inclusive, em que houve a aprovação popular. Como eu coloquei, não se pode negar todos os legados que aconteceram. Se o primeiro mandato do Presidente Lula fosse tão ruim assim, ele não teria saído com aprovação e não teria conseguido ser eleito, mesmo



depois das denúncias do mensalão. Então, o Presidente Lula foi aprovado, e foi aprovado pelo povo. O segundo mandato do Presidente Lula foi aprovado pelo povo. Tanto foi aprovado que conseguiu garantir a eleição da Presidenta Dilma.

E, agora, quanto a este último mandato, o meu sentimento é de que houve o estelionato eleitoral. O sentimento é de que o Governo da Presidente Dilma é indefensável. Acho que esse é o sentimento de vários Parlamentares, inclusive dos Deputados da base do Governo.

Como eu coloquei, o Temer foi muito esperto. Ele esperou. No primeiro mandato, ele não tinha como fazer nada; no segundo mandato, ele viu que o Governo estava frágil, estava sem proteção. Aí, vampiro, Drácula, aproveita o quê? Nesses momentos, vai lá e ataca para sugar o sangue. É igual a uma doença, é igual a um vírus: quando a imunidade baixa, ele vai lá, ataca mesmo e se espalha. Foi isso o que aconteceu. O Vice-Presidente Temer viu a oportunidade de atacar. Inclusive, o vírus já contagiou esta Casa.

Eu acho um absurdo — muitos têm falado, e é verdade — que o Governo esteja negociando os cargos agora à vista. Outro absurdo maior ainda é o Vice-Presidente estar negociando os cargos do Governo e as emendas a prazo. Essa é uma questão totalmente deplorável.

Tentei a todo o momento não aceitar nenhum tipo de assédio. Não conversei nem com a Situação, nem com a Oposição. Não conversei com a Presidente Dilma, nem conversei com o Vice-Presidente Michel Temer. Procurei manter toda a minha independência. Tenho uma análise muito crítica deste processo. Infelizmente, o sentimento que se tem hoje não é o de fazer o que é melhor para o País, mas há uma preocupação com o poder e com os cargos políticos.



Por isso eu acho que o *impeachment* não vai resolver o problema, tenho convicção disso. A saída deste momento difícil por que passa nosso País é uma reforma política, com uma Constituinte exclusiva. E quem fizer parte dela não pode ser candidato na eleição subsequente. A saída para o nosso País é a eleição direta, no voto. É no voto que se decidem e que se resolvem as coisas, não na mão grande.

Eu conversei com a população. Tenho plena convicção de que o momento é realmente muito difícil. Sou de Minas Gerais. Percorri as cidades da Região Metropolitana — a minha querida Contagem, no Triângulo Mineiro; minha cidade natal, a querida Uberlândia — e conversei com o povo. Perguntei qual é o sentimento e como deveria ser meu voto, além dos telefonemas em nosso gabinete. E a população já deixou bem claro uma coisa: *“Cartão vermelho para a Presidente Dilma; cartão vermelho para o Vice-Presidente, Michel Temer; cartão vermelho para o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha”*. O povo não quer nem um, nem outro. O povo quer passar a régua, quer resolver esse problema. Esse é o sentimento do povo.

Eu conversava com as pessoas: *“Mas como é que nós vamos fazer? Se aprovamos a admissibilidade, o Senado julga, tira a Presidente Dilma, quem vai assumir?”* A população sabe. O povo não é bobo, não: *“Vai assumir o Vice Michel Temer.”* E eu falei: *“E aí?”* Sabe o que o povo fala? *“Nós vamos tirá-lo também.”* Eu falei: *“É o Presidente Eduardo Cunha quem vai assumir. E aí, como é que faz?”* E o povo fala: *“Aí nós vamos tirá-lo também”*. Então, eu quero acreditar nesse sentimento do povo.



O povo realmente tem uma força muito grande. Nunca votei contra o povo. Sempre procurei manter a minha coerência nesta Casa. Inclusive, fui muito perseguido. E hoje eu sei o que significa assédio moral. Quando saí candidato a Deputado Federal — eu era Deputado Estadual —, o que eu fiz? Registrei um documento no cartório e protocolei no partido.

O que dizia esse documento? Eu não voto no aumento de imposto que prejudique as pessoas mais pobres; não voto no que prejudique o setor produtivo, as pequenas e microempresas; não voto contra o servidor público; não voto contra os aposentados; não voto nos projetos que prejudiquem a população; e sou a favor da redução da maioria penal para crimes hediondos contra a vida. Registrei no cartório e protocolei no partido. Quando fui candidato à reeleição para Deputado Federal, fiz a mesma coisa, fui ao cartório, registrei e protocolei.

Tramitou aqui o projeto de ajuste fiscal. E eu mantive a coerência. Antes, falei ao meu partido, que inclusive era o partido da Presidente da República, está lá no documento: eu só serei candidato mediante esse compromisso. Está combinado? Se não for deste jeito, eu não sou candidato. Não há problema. Foi protocolado lá. Todos sabiam a minha postura. E aqui tramitou o projeto de ajuste fiscal. Eu votei contra o ajuste fiscal, porque não é certo jogar nas costas dos trabalhadores, dos servidores públicos, todos os problemas do Estado, por incompetência e por falta de gestão.

O Partido dos Trabalhadores foi contra o ajuste previdenciário, quando foi aprovado na época de Fernando Henrique Cardoso. Agora, teve um posicionamento totalmente diferente. Eu mantive a mesma posição: fui contra.



Posicionei-me totalmente contra os aumentos abusivos da conta de energia elétrica. Criaram uma desculpa em relação aos aumentos da tarifa de energia elétrica para jogar nas costas dos consumidores: a desculpa de crise hídrica, usando, inclusive, a Conta de Desenvolvimento Energético — CDE. Há até um pedido de investigação no Tribunal de Contas da União, que foi aprovado, a nosso pedido. Mais na frente, eu vou falar sobre isso.

Então, eu tive toda essa preocupação. Eu votei, em várias medidas aqui na Câmara, de acordo com o compromisso que eu registrei em cartório, e fui perseguido pelo partido do qual eu fazia parte. Houve Deputados que, quando eu entrava no elevador, saíam do elevador; houve Deputados, inclusive o Líder do meu partido, que falaram que não aceitavam conviver comigo, não aceitavam sentar ao meu lado, não aceitavam sentar ao meu lado por causa do meu posicionamento.

Aqui na Câmara, eu sou um dos poucos Deputados com 100% de presença. Eu tenho 100% de presença inclusive nas Comissões. Eu acho que apenas dez Deputados aqui têm 100% de presença nas Comissões e no Plenário; de Minas Gerais, só dois Deputados têm 100% de presença, e eu sou um deles. Fui retirado de todas as Comissões!

Fizeram uma campanha muito maldosa na Internet, foi realmente uma guerra muito pesada, em que fui muito humilhado. Eu fiquei, durante vários meses aqui na Câmara, sentado nas cadeiras dos lados, aqui. Eu sei o que é perseguição! Hoje, eu sei o que é assédio moral! Eu sei o que é perseguição e o que é assédio moral!

E não tive direito à defesa em nenhuma reunião. Não tive direito a discutir com a bancada e a apresentar defesa. Houve um tribunal de exceção: “*Você já está condenado!*” Não me deram o direito à defesa! E eu mantive a mesma coerência, a



mesma postura que eu sempre tive de não votar contra o servidor público, de não votar contra os aposentados. Aquele compromisso que eu fiz eu o honrei! Infelizmente, nem sequer eu tive o direito à defesa por parte do Partido dos Trabalhadores.

Foi criado um partido novo, o PMB. Foi para a Justiça, eu entrei com um processo de justa causa, enfim, fui para um partido e estou muito feliz no PMB, graças a Deus! Quero, inclusive, parabenizar a minha Presidente, Suêd Haidar, que é uma mulher muito séria, guerreira, uma pessoa muito querida!

Hoje, eu estou no PMB, e afirmo que não tenho ódio, não tenho rancor, de maneira nenhuma, mas a verdade tem que ser dita, nós temos que dizer aquilo que realmente aconteceu.

Um ponto que acho que é muito triste hoje no nosso País é aquela cerca na porta do Congresso Nacional, que representa este sentimento de divisão por parte da população brasileira. É um momento muito triste mesmo este que o nosso País está vivendo. Acho que só através de uma eleição geral, só através do voto é que nós vamos resolver o problema.

Para finalizar esse primeiro pensamento, eu me posiciono favoravelmente ao pedido de admissibilidade do *impeachment*, seguindo todos esses pontos que eu já coloquei e seguindo o sentimento do povo. Então, hoje eu vou votar favoravelmente ao *impeachment*, mas consciente de que ele não vai resolver nada, porque a saída para o País seria uma Constituinte exclusiva e eleições diretas. Mesmo assim, vou votar pela admissibilidade.

Espero que depois o povo continue a mobilização, continue as manifestações e mantenha inclusive esse sentimento de não aceitar nem o Vice-Presidente Michel



Temer, nem o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Inclusive, o Sr. Miguel Reale Júnior disse que aceitou o pedido de *impeachment* por um sentimento de chantagem. Acho que anteriormente foi chantagem. Depois que houve a aceitação, houve um sentimento de vingança. Eu não tenho dúvida de que a aceitação desse pedido foi movida por um sentimento de vingança do Presidente da Câmara Eduardo Cunha, porque ele não obteve no Conselho de Ética os votos que queria por parte do partido da Presidente da República, os votos para salvá-lo, e aí houve realmente um sentimento de vingança. Isso é uma realidade que não podemos negar de maneira nenhuma.

Outra questão que nós temos que admitir também é que foi o PT que colocou o Sr. Michel Temer na Vice-Presidência, e ele estava preparado para atacar, para dar o bote. O PT realmente tem essa responsabilidade. E o PT também sabia do posicionamento do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Durante o ano passado, em diversos momentos o PT fez acordos para votar nesta Casa projetos contra os trabalhadores e os servidores. O PT teve apoio, sim, do Presidente da Câmara e fez acordo com ele em vários momentos aqui na Casa. Isso só mudou a partir do momento em que o partido teve um posicionamento diferente em relação à votação do processo contra ele no Conselho de Ética.

Tudo isso aconteceu porque a Presidente estava fragilizada, como eu já coloquei. Se a Presidente não estivesse tão fragilizada, se este segundo mandato da Presidente não fosse tão ruim, com certeza ela teria proteção. Qual é a proteção da Presidente para o vampiro não atacá-la? A proteção é o povo. O povo é quem garante essa proteção.



Infelizmente, ela não cumpriu o que estava no programa e perdeu o apoio popular, porque o desemprego aumentou, a carestia ficou muito grande, o combustível aumentou. O preço do barril do petróleo é o mais baixo dos últimos 10 anos, e o nosso combustível é um dos mais caros da história. Inclusive o combustível mais caro do mundo é a gasolina daqui do nosso País. E há problemas em várias outras áreas também.

A Presidente Dilma infelizmente está desconstruindo todo o legado que foi construído nos dois mandatos do Presidente Lula e no primeiro mandato dela, com essas perdas de direitos da população.

A população melhorou de vida, sim. A população, é lógico, está revoltada, e com razão: o desemprego está aumentando; no programa Ciências sem Fronteiras, como eu coloquei, faz 2 semestres que os alunos não têm mais como se inscrever; os investimentos no Programa Minha Casa, Minha vida diminuíram. Ele chegou a ter investimentos de 12,5 bilhões de reais no Orçamento. Hoje, tem uma merreca e inclusive está devendo a muitas construtoras.

O mesmo se observa em relação ao PAC, esse programa tão importante para acelerar o crescimento do nosso País, esse programa fundamental de infraestrutura e de investimento. O que aconteceu com o PAC em várias regiões do País? Os seus recursos diminuíram, porque o Governo não tem dinheiro.

Então, o Governo não teve planejamento, errou demais. O Governo, em vez de discutir e colocar o dedo na ferida em relação à dívida pública — olhem o valor da nossa dívida pública —, em vez de fazer uma auditoria cidadã da dívida pública, não teve coragem de colocar o dedo na ferida. O Governo não teve coragem de taxar as grandes fortunas; o Governo não teve coragem de combater a sonegação;



o Governo não teve coragem de taxar os bancos; o Governo não teve coragem de implementar uma taxaço forte para as mineradoras — que é só de 2%; o Governo não teve coragem de executar uma política que realmente garanta a distribuição de renda, sem jogar todos os problemas do Estado para o lado mais fraco, que é o servidor, que são os consumidores.

Na hora em que teve problemas, o Governo fez um ajuste contra o trabalhador, em vez de tomar atitudes realmente muito firmes do ponto de vista econômico, para taxar certos setores da nossa economia. Não tem como agradar todo mundo. Foi um erro que a Presidente Dilma cometeu e, por isso, ficou fragilizada.

Agora ela está aí, à mercê do Vice-Presidente, que é um vampiro, que mordeu o pesçoço mesmo, já contagiou e quer virar Presidente da República sem ter voto, do que discordo totalmente.

Podem ter certeza: se acontecer de o Vice-Presidente assumir a Presidência da República, vou fazer oposição total a ele, todos os dias do ano, em todos os lugares em que eu estiver. Eu acho que não é legítimo, não é certo, não é correto. É preciso disputar a eleição, e eleição se define no voto. Deixo claro o meu posicionamento contrário ao processo de o Vice-Presidente resolver esse problema com *impeachment* e com eleição indireta.

Acho que a Presidente Dilma tinha de ter humildade. Já algumas semanas atrás ou no decorrer desta semana ela tinha de ter procurado fazer um pacto. Deveria ver que ela perdeu a governabilidade. O Governo não tem mais governabilidade. Ela, infelizmente, não conseguiu unir o País e não tem mais governabilidade. Ela tinha de ter enviado um projeto a esta Casa para construir com



o conjunto dos Parlamentares e das Lideranças do nosso País a antecipação das eleições.

Eu acho que, independentemente do resultado, vamos ter uma segunda-feira sangrenta no País. A segunda-feira vai ser sangrenta, vai ser muito triste, independentemente do resultado. E vai ficar mais difícil. Espero inclusive que, independentemente do resultado, a Presidente envie uma proposta de emenda à Constituição a esta Casa na própria segunda-feira já propondo a antecipação das eleições. Seria uma alternativa.

Eu acredito que o Sr. Temer já deveria ter renunciado há muito tempo. Acho que é muito feio um Vice-Presidente, com a perspectiva de assumir um cargo, já negociar cargos com vários partidos e discutir Ministérios. Do ponto de vista ético, isso é totalmente deplorável.

Como eu coloquei, o nosso País vive um momento de divisão, de intolerância, de ódio. Nós vemos que há muitas famílias que são amigas. Pais e filhos, que já se conhecem, têm amizade há anos e anos, e essa amizade está sendo perdida do dia para a noite por causa dessa intolerância, desse ódio. Nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, que haja essa divisão do País.

Um grupo entende haver razões para os denunciantes que acusam a Presidente da República de cometer crime de responsabilidade. Ainda destaco a falta de governabilidade da Presidente e o estelionato eleitoral, que, como eu coloquei, realmente aconteceu.

Outros acreditam que essa denúncia pode ser um golpe na democracia representativa, especialmente por ter sido iniciada pela Oposição. A Oposição



iniciou o processo no Conselho de Ética — eu disse que é até pelo sentimento de vingança — e também não aceitou o resultado das eleições.

É importante dizer que vivemos numa democracia representativa, e não substitutiva, e esperamos aqui representar a vontade da população. Por isso é muito importante também ouvir e respeitar, nessa divisão, a verdade dos fatos, quais são os interesses que movem todos os atores sociais envolvidos no processo de *impeachment*, o que é melhor para o Brasil.

Não há um consenso sobre qual medida deveria ser tomada para melhorar a vida da população neste momento. Nosso País está incendiado pelas manifestações de lado a lado e paralisado pelas disputas entre grupos políticos tradicionais que pensam mais em se manter no poder do que realmente na importância do povo.

Pais e filhos, amigos de décadas, estão até virando inimigos da noite para o dia. Há intolerâncias, ofensas, ameaças, violência física, violência contra o patrimônio, agressões verbais, especialmente nas redes sociais, intimidações de todas as formas — um grande desrespeito!

Qualquer um que tente expor a sua opinião, independentemente do lado que for, está sofrendo ataques. Tenho ouvido de muitos Parlamentares que estão recebendo muitas ameaças, ofensas, uma pressão enorme, intimidações absurdas.

Mas o único dono da nossa Pátria é o povo, e não um partido ou outro. *Fake* é o que mais existe na Internet; *fake*, robô, grupos de um lado e de outro. Por isso, quando eu decidi o meu voto, fui olhar olho no olho, fui para a rua conversar com as pessoas para decidir o meu posicionamento.



Fakes e discursos ensaiados com ameaças e violências não estão acima do interesse do povo. Tomei minha decisão, como eu disse, analisando os fatos, a situação do nosso País, e ouvindo muitas pessoas.

Este é um momento muito triste. Há exageros, verdades, vícios e crimes dos dois lados. A maioria está dizendo que é preciso mudar e ter novas eleições, porque a Dilma não tem mais condições de governar. Tampouco a solução para o Brasil se chama Michel Temer. Aliás, o Vice-Presidente deveria ter renunciado no ano passado.

Seguindo a coerência do meu mandato, não esperem de mim, de maneira nenhuma, qualquer tipo de agressão ou violência. Não esperem! Não vou entrar nesse jogo de agressão e violência. Não estimularei a intolerância e o ódio. Mesmo tendo sido vítima de intolerância e de ódio, eu não os estimo de maneira nenhuma.

Este momento nem de longe era o que eu esperava para o Brasil. Esta é uma situação muito triste, especialmente porque o Governo Lula, como eu disse, trouxe inegáveis avanços para o Brasil, assim como o primeiro mandato da Presidente Dilma, com os vários programas sociais já citados por mim.

Desse debate todo, também encontro muitas pessoas que respeitam as nossas opiniões, que participam verdadeiramente do nosso mandato, pessoas que contribuem com as nossas ações e a construção das nossas decisões.

Quero deixar bem claro, como já disse aqui, que assumi compromisso público e continuo mantendo esse compromisso em relação à coerência das minhas votações, independentemente do governo. Pode ser um governo do PT, do DEM, do PSDB, o governo que for, mas eu vou manter a mesma posição.



Estou no segundo mandato como Deputado Federal. Nunca tive um cargo no Governo, nem quero ter. E nesse processo agora, como eu disse, não aceitei conversar nem com a Situação, nem com a Oposição, e questionei a negociação dos cargos, tanto à vista, por parte do Governo, quanto a prazo, por parte do Vice Michel Temer, o que acho que é mais sério ainda.

Enquanto as negociações acontecem, a desculpa é de se manter a democracia a qualquer preço. A população está sofrendo: inflação, desemprego, preços altos, sem falar do preço da energia elétrica, um verdadeiro absurdo! A energia elétrica no nosso País é uma das mais caras do mundo.

Eu participei do processo de votação da Medida Provisória nº 579. A Presidente Dilma prometeu que não ia tirar nenhum direito trabalhista, nem se a vaca tossisse. Não foi isso o que aconteceu de fato. Ela garantiu que não iria mexer nos direitos dos trabalhadores, e houve redução da tarifa de energia.

Neste ano, contudo, houve quatro aumentos da tarifa de energia, com a desculpa da crise hídrica. Aumentou a CDE. O que é CDE? É Conta de Desenvolvimento Energético. Aumentou mais de mil por cento! O aumento das bandeiras foi justamente para isso. Por quê? Por causa do rebaixamento dos reservatórios. Então, criou-se um valor para as bandeiras tarifárias.

Antes de começar a cobrança das bandeiras tarifárias — pasmem! —, já aumentou o valor das bandeiras. Então, foi o terceiro aumento. Depois, há o aumento ordinário. Houve quatro aumentos das tarifas de energia elétrica, em torno de mais de 50% — mais de 50%! — para os consumidores. Portanto, houve o aumento de energia neste ano.



Em parte desses aumentos, como a CDE — Conta de Desenvolvimento Energético —, era de responsabilidade do Governo o pagamento. Teria que ser bancado com os recursos do Tesouro Nacional. O que a Presidente fez? Jogou para o consumidor pagar, numa atitude muito maldosa que nós repudiamos totalmente.

Outro ponto também é o ICMS da conta de energia. Vou dar um exemplo: Minas Gerais tem uma das cobranças mais altas do País. O ICMS em Minas Gerais chega a 42% para as residências. Quarenta e dois por cento! Para as empresas aumentou agora. Havia uma promessa de reduzir, mas, infelizmente, o Governador aumentou. Inclusive para manter a minha coerência, entrei na Justiça contra o Governo do Estado também, porque o Governador prometeu que ia reduzir o valor do ICMS da energia elétrica. E uma das primeiras ações que ele fez foi aumentar o valor do ICMS. Entramos com ação no Ministério Público. Houve aumento do valor do ICMS para o comércio e para a indústria.

No dia 21 de abril, nós comemoramos o Dia de Tiradentes, que foi morto e esquartejado por causa de um quinto da Coroa. Um quinto da Coroa são 20%, e só com o ICMS da energia elétrica, em Minas Gerais e em outros Estados — em Minas, o valor é mais alto —, o consumidor residencial paga 42%. Pasmem! O dobro do valor que motivou a morte e o esquartejamento de Tiradentes! Quarenta e dois por cento! Os consumidores, então, são duplamente penalizados. Por quê? Porque pagam, em casa, um ICMS muito alto, e, ao chegarem ao supermercado, encontram o ICMS embutido no valor dos produtos também.

Todos os setores, comércio, indústria, embutem o valor do ICMS nos seus produtos. Ou seja, no preço de uma latinha de extrato de tomate, de um saco de



arroz ou de um automóvel está embutido o valor gasto na energia elétrica para o consumidor pagar. Ele, então, acaba sendo penalizado duas vezes.

Como eu disse, durante a campanha pedi votos para Dilma e Temer, e depois eu me senti traído e enganado. Durante as eleições, o discurso foi um, e, com esse discurso, venceram as eleições, mas depois o discurso mudou.

Em relação às pedaladas fiscais, eu quero deixar bem claro, bem claro, porque acho que esse é o ponto central. Há indícios de crime de responsabilidade? Esse é o ponto mais importante. Há indícios de crime de responsabilidade? Se houver indícios de crime de responsabilidade, há indícios de crime de responsabilidade também nos Governos anteriores e em vários Governos do Estado. Eu não tenho a menor dúvida disso.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou mais de cem decretos. No Governo do Presidente Lula foram mais de 70 decretos. O Governo do Estado de Minas Gerais, que tinha à frente Aécio Neves — eu era Líder da Oposição —, não cumpriu o que determinava a Constituição.

A Constituição obrigava uma aplicação mínima de recursos na saúde, na educação, mas o Governador Aécio Neves não cumpria a legislação. Eu o denunciei por diversas vezes. O que acontecia? No início de cada ano letivo, as crianças iam para as escolas, mas não havia merenda escolar. Nós íamos às escolas e verificávamos que o FNDE já havia repassado os recursos para a merenda escolar. Se o FNDE já havia repassado, onde estava o dinheiro? Sabem o que o Governo do Aécio Neves fazia? Deixava o dinheiro aplicado, rendendo juros. Meses depois se comprava a merenda escolar. No semestre seguinte era a mesma coisa: iniciava-se o ano letivo, e as crianças, da mesma forma, não tinham merenda na escola. Isso



aconteceu durante diversos anos, em diversas gestões, inclusive nos governos seguintes, que foram apoiados pelo então Governador Aécio Neves.

Foram feitas denúncias. Na época, eu denunciei o fato ao Tribunal de Contas. Nós denunciemos a não aplicação dos percentuais mínimos exigidos pela legislação para a saúde e para a educação. Falou-se em déficit zero, uma falácia, um déficit mentiroso, em Minas Gerais. Nós denunciemos.

Se há indício de crime de responsabilidade, não somos nós que vamos definir. Nós estamos apenas admitindo o processo. Quem vai definir isso será o Senado, que irá investigar e vai julgar.

Não tenho dúvida nenhuma: se há crime agora, houve crime nos outros governos também. Os governos anteriores cometeram os mesmos crimes, como o Governo do Presidente Lula, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Governo de Geraldo Alckmin, em São Paulo, o Governo do Paraná, assim como o de vários Estados. Pau que dá em Chico também dá em Francisco. Tem-se que falar a verdade. Não podemos proteger ninguém. A realidade é essa.

Nós começamos a receber as medidas provisórias que prejudicavam os trabalhadores. Fizemos os ajustes fiscais. Uma recomposição salarial justa dos servidores do Judiciário foi aprovada pelo Congresso Nacional — os servidores do Poder Judiciário estavam há anos sem reajuste salarial. Nós o aprovamos, mas, infelizmente, foi vetado pelo Governo, com apoio inclusive do PMDB, do Presidente da Casa e do Vice-Presidente Michel Temer. Praticamente o ajuste fiscal foi aprovado do jeito que o Governo queria.



Mantive a minha coerência, votei contra e a favor dos servidores. Votei a favor da derrubada do veto. Infelizmente, não ganhamos. Votei contra a orientação do meu partido naquele momento. Por isso, fui perseguido e punido.

No meu voto, como eu já coloquei, deixei registrado este compromisso público de não votar aumento de impostos, que prejudica a população mais pobre. E deixei claro o meu posicionamento totalmente contrário à CPMF.

Discordo dos pontos apresentados pelo Vice-Presidente Michel Temer na sua carta *Uma Ponte para o Futuro*, que, para mim, não é ponte do futuro. Se acontecer de o Vice-Presidente Michel Temer assumir, acho que vai ser um desastre, haverá perseguição aos servidores públicos, aos trabalhadores. Nós vamos perder direitos conquistados ao longo dos anos. Um dos pontos que o Vice-Presidente Michel Temer deixa claro é o rompimento com os BRICs. Eu não tenho dúvida de que esse é um dos motivos também.

Se aqui, na Casa, temos um maestro — alguém que está com a batuta, que comanda esse processo que começou no Conselho de Ética por vingança —, que é o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em âmbito internacional podem ter certeza de que nós mexemos com gente grande. A partir do momento em que nós entramos no BRICs — Rússia, Índia, China, África do Sul —, nós compramos uma briga grande. Nós compramos briga com os maiores inimigos dos Estados Unidos, que são a Rússia e a China. Isso não vai ficar barato.

Podem ter certeza de que por trás de todo esse processo — a história ainda vai mostrar, a história ainda vai comprovar isso — houve uma grande participação dos Estados Unidos. Há algumas semanas, a imprensa internacional, em especial o jornal *The New York Times*, divulgou em seu editorial que a Presidente Dilma tinha



que renunciar. Esta semana, depois que o estrago já estava feito, mudou seu posicionamento e já colocou dificuldade para esta Casa, pois vários Parlamentares estão sendo investigados por corrupção e não têm condição de fazer o julgamento da Presidente. Já está fazendo um mea-culpa.

Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Já ficou comprovado, através das investigações, dos grampos há alguns anos, o interesse em questões estratégicas do nosso País, como o petróleo, o meio ambiente, etc. Então, do ponto de vista da economia, ao nos aliar ao BRICs, neste momento de *boom* do país, nós mexemos com os Estados Unidos a partir do momento em que nos aliamos a dois de seus principais inimigos. E o Vice-Presidente Michel Temer já deixa isso claro na carta dele *Uma Ponte para o Futuro*. Eu acho que vai ser uma ponte para o passado. Eu acho que a tendência, com Michel Temer, é só piorar, e piorar muito. Eu não tenho dúvida disso.

O meu sentimento é que o País pode piorar, e piorar muito, com Michel Temer. Por isso, eu espero que ele não chegue a assumir. Mas vou manter a minha coerência aqui, ouvindo a voz do povo, para que o Senado Federal analise se houve crime de responsabilidade ou não.

O que aconteceu na nossa economia foi muito sério. Foi por causa das pedaladas, da irresponsabilidade, da política equivocada do Governo, que nós ficamos nesta situação. Por isso os trabalhadores estão perdendo os direitos conquistados a duras penas, ao longo dos anos, especialmente no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff e nos dois mandatos do Presidente Lula.

Mantive coerência na minha atuação parlamentar. Na minha vida pública, segui o manifesto do partido ao qual era filiado, que defendia “*somos um partido de*



trabalhadores”, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos uma política com atividade própria, de massas que desejam participar legal e legitimamente de todas as decisões da sociedade.

E assim eu me guio, como representante da população, dos trabalhadores, dos servidores, dos aposentados, dos consumidores e da sociedade, ouvindo a população.

É verdade que a decisão da maioria da população, em 2014, foi pela chapa Dilma e Temer. O discurso feito nas eleições garantiu o resultado. Depois, mudou-se o discurso. Será que o resultado teria sido o mesmo? Eu tenho certeza que não. Mentiu-se muito durante as eleições. Então, o resultado, com certeza, não seria o mesmo. Aconteceu realmente um estelionato eleitoral.

Como eu coloquei, se há indício de pedalada fiscal, de crime de responsabilidade da Presidente Dilma, tem que haver igualmente para o Vice-Presidente Michel Temer. O processo de *impeachment* que o Supremo enviou para esta Casa tem que ser aberto. Como representante do PMB, nós já indicamos o nosso nome, e não houve a mesma celeridade, o processo não teve o mesmo andamento que teve o processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Houve um peso totalmente diferente: para a Presidente Dilma, foi célere, tudo foi corrido, sessões foram realizadas de segunda a sexta-feira e nos finais de semana.

O processo do Vice-Presidente Michel Temer sequer foi aberto, um verdadeiro absurdo, um verdadeiro desrespeito, descumprindo, no meu entendimento, a decisão do Supremo Tribunal Federal. Acho até que se pode questionar a decisão do Supremo, mas somos obrigados cumprir, pois é a Corte máxima do nosso País.



Então, até hoje não foi aberto o processo *de impeachment* contra o Vice-Presidente Michel Temer. E não tenho dúvida: se há crime de responsabilidade para a Presidente Dilma, há crime de responsabilidade, sim, para o Vice-Presidente Michel Temer. E tem que haver o mesmo tratamento para ambos.

A grave crise econômica não foi reconhecida em 2014. Isso foi muito grave. Só depois o Governo assumiu os erros da condição econômica do Brasil, até a realização das pedaladas. Não houve diálogo, não conversou, não ouviu.

Afirmaram que não mexeriam com os direitos dos trabalhadores, como eu coloquei, nem que a vaca tossisse. E mexeram. Fizeram ajustes que nada mais são do que arrochos salariais, aumento da conta de luz em cerca de 50% de forma ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora. **O SR. WELITON PRADO** - Eu queria deixar registrada aqui a minha indignação com a maneira com que este Governo e os Governos anteriores lidaram com as agências em nosso País. Isso é um problema muito sério que eu acho que o País tem que rever.

As agências, em nosso País, mais parecem advogadas das grandes empresas. Isso acontece com a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL; acontece com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA; acontece com a Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL. Esse é outro ponto muito sério que o Governo também não teve coragem de enfrentar. Inclusive a minha filha, Lorena, falou: *“Pai, por favor, não se esquece de falar isso. Isso é uma questão muito séria”*.



O que estão fazendo as empresas de telefonia, os provedores de Internet? Eles estão aproveitando este momento em que o nosso País está totalmente paralisado, com essa cortina de fumaça por causa do *impeachment*, para esconder as suas ações. As operadoras querem limitar o uso de dados na Internet fixa, da mesma maneira que queriam limitar na Internet móvel, e nós inclusive entramos na Justiça contra elas.

E nós ficamos totalmente travados. Por quê? Por causa desse sentimento de que o nosso País está paralisado. As pessoas estão perdendo o emprego, as empresas estão fechando, o setor produtivo passa por muitas dificuldades, esta Casa está parada, e nós não temos condição de agir.

Nós estamos no mês de abril — passaram janeiro, fevereiro e março —, mas, até hoje, as Comissões sequer estão funcionando nesta Casa. As Comissões não foram instaladas. Para discutir um assunto sério como esse, era importantíssimo realizarmos, o mais urgente possível, uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor e chamar à responsabilidade as empresas operadoras de Internet.

Infelizmente, isso não tem condições de ocorrer, porque o Presidente da Câmara só se preocupa com essa pauta e com o processo dele no Conselho de Ética, não tem mais nenhuma preocupação com o Brasil. Até hoje, não foram instaladas as Comissões. É um grande desrespeito. Nós ficamos totalmente travados.

A Vivo, inclusive, soltou nota oficial dizendo que, após o consumo total das franquias de dados, o acesso à Internet será bloqueado, sendo restabelecido no ciclo de faturamento seguinte. No caso dos planos menores, o acesso será bloqueado e, proporcionalmente, reduzido exclusivamente a critério da Vivo. A Vivo



pronunciou-se desse jeito, de forma totalmente ilegal, ferindo inclusive o Marco Civil da Internet, porque o serviço só pode ser interrompido por falta de pagamento.

A Internet no Brasil é mais cara que em outros países e é uma porcaria, um serviço de péssima qualidade. Imaginem se for reduzida! Vou dar um exemplo. Um plano da Vivo, de 30 gigabytes, está em torno de 329,99 reais. Uma aula de 40 minutos gasta em torno de 1 gigabyte. Para uma família com três filhos que usa a Internet, vai acabar rapidinho. E o que querem as empresas? Querem mais dinheiro. Se terminar a franquia, os dados, o acesso à Internet será bloqueado, e temos que pagar.

Isso é um verdadeiro absurdo, um verdadeiro desrespeito por parte das agências reguladoras em nosso País. Inclusive nós já fizemos discussões no passado em relação à Internet móvel. A ANATEL, agência que deveria regular o setor, assume mais um papel em defesa das empresas do que dos consumidores.

Eu venho cobrar, inclusive do Presidente desta Casa, outra questão, que é um absurdo, um desrespeito muito grande com os consumidores. Há mais de 10 anos a população liga para o Disque-Cidadão, solicitando que o fim da assinatura básica da telefonia seja colocado em pauta. Nós pagamos por aquilo que não é utilizado há mais de 10 anos, e sequer esta Casa forma uma Comissão Especial.

Pergunto ao Presidente: para que serve o Disque-Cidadão? O cidadão liga, envia *e-mail*, via Internet, pede que o projeto seja pautado, mas o projeto sequer é pautado na Casa, sequer se cria uma Comissão para discuti-lo. O projeto, que trata do fim da assinatura básica, está tramitando há mais de 10 anos, e o Governo e esta Casa não têm o menor interesse de colocá-lo em votação. Há um *lobby* muito grande, há um poder muito grande.



Então, eu queria mais uma vez cobrar de todas as Lideranças que o projeto seja pautado. O Deputado que for favorável à continuação da cobrança, que vote favorável; quem for contra, que vote contra.

Houve muitos problemas, como a questão da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que, nos leilões de concessões de rodovias, não cumpre o que determina os contratos, não faz os investimentos nas estradas e começa a fazer a cobrança dos pedágios. Os contribuintes pagam pedágios, mas não é feito o que determina o contrato. De forma absurda, permite a instalação de postos de pedágio em perímetro urbano.

Cito o exemplo dos Municípios de Uberlândia e Araguari, que estão separados por apenas 39 quilômetros, que fazem a ligação da BR-050. Diariamente, um grande número de moradores se desloca entre os Municípios vizinhos para realizar as mais diversas funções, como trabalhar e estudar, e todos os dias eles são obrigados a arcar com o pagamento de pedágios.

A ANTT, mesmo com pareceres da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, não teve a coragem de defender os contribuintes contra a empresa vencedora do maior pacote de leilões, em 2008, para exploração de rodovias no Brasil. A Autopista Fernão Dias, do antigo Grupo OHL, lucra e lucrou com as cobranças de pedágio, mas não cumpriu os investimentos previstos em contrato. O papel da ANTT deveria ser o de fiscalizar e punir ou estabelecer prazos para as concessionárias e cobrar multas com valores baixíssimos.

Então, o que acontece? A ANTT depois vai lá e cobra uma multa bem baixinha, mas a empresa não cumpre o que está no contrato, o que está determinado na legislação, e recebe o pedágio. Isso é um verdadeiro absurdo. E há



problemas de engarrafamentos na BR-381, que liga o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, na Região Metropolitana.

Eu queria fazer aqui — e o tempo é curto, não vai dar tempo de falar tudo — um reconhecimento a Dom Luciano, que foi Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Dom Luciano faleceu, mas, em 2006, pediu uma revisão humanitária na conta de luz, que é o maior pesadelo das famílias de baixa renda. E, movidos pelo sentimento de Dom Luciano, nós começamos esse trabalho em defesa do consumidor. Depois, tivemos desdobramentos em várias outras áreas.

Então, eu queria fazer aqui esse reconhecimento ao finado Dom Luciano, que teve um papel realmente muito importante, que nos motivou na luta em defesa do consumidor. Se não fosse esse nosso trabalho de defesa, de denúncia, o valor da conta de energia elétrica, em Minas Gerais, seria no mínimo o dobro. Nós conseguimos as primeiras reduções na tarifa de energia da história. Sempre estamos presentes lá para peitar, inclusive, o batalhão de advogados da CEMIG.

Somos, de forma direta, intimidados, pressionados e ameaçados por parte dessas grandes empresas, que têm um poder realmente muito grande. Agora, o Tribunal de Contas da União, a nosso pedido, está fazendo uma investigação — e inclusive houve o desdobramento do prazo por mais 90 dias — sobre os aumentos ilegais na tarifa de energia elétrica em 2015. Como eu coloquei, o Governo jogou esse aumento nas costas do consumidor. E os recursos que o Governo deveria pagar foram jogados para o consumidor pagar, de forma muito injusta. A energia elétrica, como a água, é um serviço essencial à população. É como se fosse o arroz e o feijão. São bens públicos essenciais à vida e não podem ser tratados como mera mercadoria.



Em relação às agências, eu queria citar a ANVISA, que é outra agência sem-vergonha. É um verdadeiro abuso o que a ANVISA está fazendo. Fizemos uma grande mobilização aqui na Casa, o conjunto dos Deputados. Eu apresentei o primeiro projeto que garante a fabricação, a produção e a distribuição da fosfoetanolamina, que é a pílula contra o câncer. Eu estou convencido do seu papel positivo, porque só há relatos de que ela faz bem.

A pílula do câncer vem sendo distribuída há mais de 20 anos por cientistas da USP. Eu conversei com dezenas e dezenas de pessoas em todo o Brasil sobre a fosfoetanolamina. Pessoas que utilizaram a fosfoetanolamina tiveram diminuído o tumor de forma significativa. É uma questão realmente impressionante. Como ela age? É como se ela marcasse, sublinhasse, desenhasse as células cancerígenas, fortalecendo o sistema imunológico e fazendo o combate às células cancerígenas. Então, estou convencido do aspecto positivo da substância.

Vou dar o exemplo da Estela, que mora em Uberlândia. Ela entrou inclusive com uma ação na Justiça para garantir as cápsulas para o seu pai. O médico nem sabia disso. Ela conseguiu ganhar a ação na Justiça. O seu pai, já um senhor de idade, começou a tomar as cápsulas. Em poucos dias, ele melhorou de forma significativa. O médico inclusive se assustou com o quanto ele estava bem. Mas estavam acabando as cápsulas. O médico e a Estela chegaram a qual conclusão? Ela não conseguiu mais a medicação. Fizeram uma cápsula igual, de maracujá. E o médico disse que era efeito placebo.

Então, terminaram as 60 cápsulas. O seu pai estava tendo dignidade de vida. Muitas pessoas param inclusive de tomar a morfina. O produto melhora a qualidade de vida, dá dignidade para essas pessoas.



O que aconteceu? Terminaram as 60 cápsulas. Ela não conseguiu mais. Usou a cápsula de maracujá. Houve o efeito rebote. O seu pai piorou muito. Hoje nem sei como ele está, mas ela esteve inclusive na manifestação aqui em Brasília, convencida de que não há efeito placebo, porque ela fez o teste.

Eu conversei com várias outras pessoas que utilizaram a substância e inclusive se curaram do câncer. Agora, isso mexe com a indústria farmacêutica, que é um mercado de bilhões e bilhões. E sabemos que, quando se mexe com esse mercado financeiro, que é a indústria farmacêutica, logicamente, eles têm toda essa mobilização. E, como eu coloquei, infelizmente, as agências, que deveriam defender os consumidores, estão muito mais preocupadas com os interesses econômicos.

Para finalizar, eu queria reconhecer essa questão da fosfoetanolamina. Houve sanção por parte da Presidente da República. Mas eu acho que isso só aconteceu por dois motivos. Um motivo foi a pressão popular, que foi muito grande nas redes sociais, etc. O outro motivo é este momento que nós estamos vivendo aqui. Justamente nesta semana do *impeachment*, a Presidente a sancionou a lei. Eu sei que vamos ter muita briga aí pela frente, porque a ANVISA já informou que vai entrar na Justiça.

Do ponto de vista econômico, com a crise política instaurada no nosso País, a Presidente teve todo esse tempo para propor uma pauta corajosa e não o fez. Não conseguiu resolver as dificuldades do Congresso e mudou o discurso feito durante as eleições.

Como ainda não há um ato que concretize a realização de novas eleições, decidi, neste momento, então, votar política e juridicamente favorável à admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma, assim como me



manifesto, publicamente, pela admissibilidade do processo de *impeachment* também do Vice-Presidente Michel Temer. E manifesto-me, ainda, pelo afastamento imediato do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha.

Ainda defendo a realização de uma Constituinte exclusiva e soberana para efetuar uma reforma política no País e a realização de plebiscito para novas eleições. Este é o meu posicionamento.

Finalizando, há uma poesia de que gosto muito que eu acho que tem tudo a ver com este momento que o País está vivendo. Ela é de autoria do Ferreira Goulart e diz mais ou menos assim:

“Somos jovens, operários, camponeses,

Estudantes, artistas e intelectuais.

Buscamos o futuro e a liberdade,

Os direitos que nos são negados.

(...)

Como poeta,

Acreditamos que a vida vale a pena,

Mesmo que o pão seja caro

E a liberdade seja pequena.

E, por ela, estamos dispostos a viver,

lutar e vencer.

Somos mesmo inconformados e contestadores,

Ousados e sonhadores.

Que isso dê calafrios

e faça tremer os guardiões da velha ordem.



*Nada a fazer, além de aconselhar
que estoquem cobertores e agasalhos.
Pois prosseguiremos,
Mais e mais,
Inconformados com a falta de liberdade,
Contestando as injustiças,
Ousando contra os preconceitos
E sonhando com a tão sonhada felicidade.”*

Obrigado, Sr. Presidente. Este é um dia muito triste na história do nosso País. Eu acho que a próxima segunda-feira vai ser sangrenta.

Como eu coloquei, não acredito que o *impeachment* da Presidente Dilma vá resolver os problemas do País. A Presidente Dilma cometeu muitos erros durante o processo eleitoral, porque prometeu uma coisa e fez outra totalmente diferente.

Se há indícios de pedaladas, de crimes, o Senado vai investigar. Espero que se investiguem também os crimes do Vice-Presidente, porque, se há crime da Presidente, também há crime, sim, do Vice-Presidente Michel Temer. E houve crime dos governos dos Estados e dos governos anteriores.

A Câmara dos Deputados, a Oposição, é responsável por esta crise, porque não deixou a Presidente Dilma governar. A Presidente Dilma não cumpriu o que foi prometido na campanha. O Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi responsável pela condução deste processo nesta Casa.

O meu posicionamento é claro, o meu posicionamento é firme. Voto pela admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Voto pela admissibilidade do processo de *impeachment* do Vice-Presidente Michel Temer. E



voto pela saída imediata do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha.

(Manifestação no plenário.)

Fora, Dilma! Fora, Temer! Fora, Cunha! Eleições diretas e uma Constituinte exclusiva!

Esse é o posicionamento do PMB.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência informa que usaram a palavra para discutir a matéria, nos termos do art. 21 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, os seguintes partidos: PMDB, PT, PSDB, PP, PR, PSD, PSB, Democratas, PRB, PTB, PDT, Solidariedade, PTN, PCdoB, PSC, PPS, PHS, PV, PSOL, PROS, Rede, PTdoB, PSL e PMB. O Partido Ecológico Nacional — PEN não indicou membros para discutir a matéria.

A todos os partidos com representação na Câmara dos Deputados foi dada a oportunidade de discutir a matéria.

Durante o discurso do Sr. Weliton Prado, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Alex Canziani, 4º Secretário, e Eduardo Cunha, Presidente.



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, antes, convocando a 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, 16 de abril, às 18h58min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.)